



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GABRIEL PINHEIRO ELIAS

**CARTOGRAFIAS SOBRE O CUIDADO EM SAÚDE JUNTO  
A UM CASAL-GUIA QUE VIVE NA RUA**

---

Londrina  
2024

GABRIEL PINHEIRO ELIAS

**CARTOGRAFIAS SOBRE O CUIDADO EM SAÚDE JUNTO  
A UM CASAL-GUIA QUE VIVE NA RUA**

Trabalho de Dissertação apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina (UEL) como  
requisito para obtenção do título de Mestre em  
Saúde Coletiva.

Orientador: Profa. Dra. Maira Sayuri Sakay  
Bortoletto.

Londrina  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

E42c Elias, Gabriel Pinheiro.  
Cartografias sobre o cuidado em saúde junto a um casal-guia que vive na rua / Gabriel Pinheiro Elias. - Londrina, 2024.  
58 f.

Orientador: Maira Sayuri Sakay Bortoletto.  
Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2024.  
Inclui bibliografia.

1. Pessoas em situação de rua - Tese. 2. Atenção Primária à Saúde - Tese. 3. Integralidade em saúde - Tese. I. Bortoletto, Maira Sayuri Sakay. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III. Título.

CDU 614

GABRIEL PINHEIRO ELIAS

**CARTOGRAFIAS SOBRE O CUIDADO EM SAÚDE JUNTO  
A UM CASAL-GUIA QUE VIVE NA RUA**

Trabalho de Dissertação apresentado à  
Universidade Estadual de Londrina (UEL) como  
requisito para obtenção do título de Mestre em  
Saúde Coletiva.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Profa. Dra. Maira Sayuri  
Sakay Bortoletto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Rossana Staeve Baduy  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Daniel Emílio da Silva Almeida  
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Minas

Londrina, 28 de fevereiro de 2024.

## AGRADECIMENTOS

Por tudo que é mais sagrado agradeço, em especial, à *Maira do céu, socorro!!!* – também conhecida como Maira Sayuri Sakay Bortoletto, minha orientadora. Me considero uma pessoa que sempre teve dificuldades em conseguir manter uma rotina que demande foco: sentar em uma cadeira, realizar atividades com início-meio-e-fim, cumprir prazos, dentre outros – um jeitinho meio agitado, esquecido e, por vezes, atrapalhado. Com isso, carreguei por muito o imaginário de que o meio acadêmico me desafiaria demais nesse sentido – o que de fato ocorre, pois naturalmente é um processo que implica na necessidade desse tipo de rotina.

Diante desses desafios, em vários momentos me senti inseguro e questioneei minha capacidade de dar conta disso tudo – levo jeito pra isso? Não é no intento de *puxar o saco* (será?) por ela ser minha orientadora, mas de longe foi a pessoa que mais buscou me mostrar que esse meu jeitinho não é errado, demérito ou impeditivo – pelo contrário: me acolheu, confiou e valorizou. Para mim, foi explícita a preocupação e o esforço que ela teve em conseguir respeitosamente conciliar esse meu jeitinho com as demandas práticas inerentes a esse processo. Imagino que foi um desafio e tanto para ela também! Ela é demais!!!!

Dito isso, também estendo meus agradecimentos ao Departamento de Saúde Coletiva da UEL num todo – muitas pessoas incríveis! Destaco minhas colegas mestrandas, Maria Eduarda Romanin Seti e a Milena Registro – que também sempre me apoiaram e me salvaram inúmeras vezes – “Gente, o que está acontecendo e qual data estou esquecendo?!” [risos]. A professora Regina Melchior também é outra pessoa deste departamento que considero ímpar e agradeço por existir [risos]. Também sou grato pelos meus amigos que, sem dúvidas, por mais que não estiveram envolvidos diretamente nesse processo, não deixaram de me incentivar – como a dona Stela Mari dos Santos e o sr. Plínio Pereira Rocha, dentre vários outros.

Agradeço também aos meus pais, meu irmão Cláudio Pinheiro Elias – trabalhador da Estratégia de Saúde da Família e, em especial, minha vovó Lesly Fernandes de Paiva Elias! Estou certo de que a novena que ela fez a São Jorge, pensando carinhosamente no neto, me deu toda força para essa conquista! Salve vovó, salve Jorge!!! Ah, um abraço e um agradecimento de coração à Rosana Staeve Baduy e ao Daniel Emília da Silva Almeida, banca maravilhosa!!!

## A grande família - Dudu Nobre

Esta família é muito unida  
E também muito ouriçada  
Brigam por qualquer razão  
Mas acabam pedindo perdão  
Pirraça pai, pirraça mãe, pirraça filha  
Eu também sou da família, também quero pirraçar  
Catuca pai, catuca mãe, catuca filha  
Eu também sou da família, também quero catucar  
[...]  
Que família, hein!  
Catuca quais, quais quais quais, quais quais quais  
Quais quais quais, quais quais quais quais  
[...]  
Êta família  
Catuca quais, quais quais quais, quais quais quais  
Quais quais quais, quais quais quais quais  
Uma tem medo de barata  
O outro tem medo de ladrão  
A filha só pensa no namorado  
Ei, ei cumpade  
Num fala de boca cheia na mesa

**Compositores:** Expedito Machado De Carvalho e Antonio Carlos Pereira

Leitor, eu dobro a aposta de que você não apenas leu a letra dessa música, mas de que ela tocou na sua cabeça! Não apenas a música, mas que também lhe remeteu à famosa série de televisão “A grande família”, produzida e exibida pela TV Globo de 2001 a 2014. Ganhei ou perdi?! Foi uma série muito marcante para mim por justamente representar o cotidiano de uma família de classe-média brasileira, com a qual me identifico bastante.

No entanto, no decorrer dessa pesquisa, se tem uma coisa pela qual fiquei *balançado* foi: o conceito de família – um modo de vida – e de como percebi os impactos disso na produção do cuidado em saúde. Não à toa, diante de minhas afetações no decorrer da pesquisa, cantei essa música comigo mesmo em vários momentos e usei utilizar, como nomes fictícios aos demais participantes, os nomes dos personagens da série!

## RESUMO

ELIAS, G. P. **Cartografias sobre o cuidado em saúde junto a um casal-guia que vive na rua**. 2024. 57 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina – Paraná, 2024.

As pessoas que vivem na rua expressam modos de vida diversificados e singulares que implicam em suas demandas de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) conta com os Consultórios na Rua (CnaR), dispositivo que visa prestar assistência e articular tais demandas *in loco*, garantindo a integralidade de seus cuidados. O objetivo deste trabalho foi cartografar uma vivência sobre o cuidado em saúde junto a um casal-guia que vive na rua, referenciado a um CnaR. É um estudo cartográfico conforme a obra *Cartografia Sentimental*, de Suely Rolnik. Tal abordagem consiste ao pesquisador trazer as afetações vividas em campo enquanto material analítico à temática. O campo em questão foi o CnaR de um município no Paraná no qual me integrei à rotina de trabalho da equipe no decorrer do segundo semestre de 2022. A partir dessa imersão, foi utilizado como dispositivo o usuário-guia que consistiu, então, em elencar um usuário do CnaR conhecido pela equipe por representar um alto grau de complexidade na dinâmica do serviço. Esse dispositivo preconiza buscar ir de encontro a esse usuário e se permitir afetar por tal. No caso, esse trabalho ressaltou um casal que vive na rua, de feição alegre, que tencionava a equipe à uma disputa de perspectivas pela produção do cuidado. Assim, essas afetações vividas foram registradas em diário cartográfico e discutidas à luz de autores da esquizoanálise. A análise dessas afetações apontou os eixos de discussão: biopoder, biopolítica e biopotência. O desejo de maternidade nesse casal convocou em nós uma postura de dissuasão, com ofertas majoritariamente de anticoncepcionais, e nos trouxe um conflito ético-moral sobre o controle do desejo do outro. Logo, se discorreu que quando esse casal buscou adotar um estilo de vida de moradia regular que atendeu nossas expectativas de cuidados em saúde, que supostamente legitimassem seu desejo – porém, o antes alegre casal agora aparentava apático e sem projeções como quando estavam na rua. Por fim, após cerca de duas semanas, retornaram à rua. Tal evento trouxe alívio, pois, a ótica de que a moradia regular seria o melhor para eles, pensado enquanto profissional de saúde, minou o que se entende enquanto a potência de vida desse casal. Independente do debate das condições adequadas a uma maternidade, nosso trabalho deve se voltar ao diálogo com a potência de vida, não ao controle sobre ela. A cartografia evidenciou tanto os elementos velados de uma perspectiva de cuidado orientada pelo controle do outro, quanto aqueles voltados à potência de vida – exercício analítico fundamental para práticas ampliadas e integrais de cuidado.

**Palavras-chave:** Pessoas em situação de rua; Atenção Primária à Saúde; Integralidade em Saúde.

## ABSTRACT

ELIAS, G. P. **Cartographies about health care with a guide-couple that lives on the streets**. 2024. 57 p. Dissertation (Master's degree in Collective Health) – State University of Londrina (UEL), Londrina – Paraná, 2024.

People who live on the streets express diverse and unique ways of life that affect their health demands. The Unified Health System (SUS) has Consultórios na Rua (CnaR), a device that aims to provide assistance and articulate such demands *in loco*, ensuring comprehensive healthcare. The objective of this work was to map an experience of healthcare with a guide couple who live on the street and was referred to a CnaR. It is a cartographic study, according to the work *Cartografia Sentimental*, by Suely Rolnik. This approach involves the researcher bringing the effects experienced in the field as analytical material to the topic. The field in question was the CnaR of a city in the state of Paraná in which I integrated myself into the team's work routine during the second half of 2022. From this immersion, the *usuário-guia* was used as a device, which then consisted of choosing a CnaR user known by the team for representing a high degree of complexity in the service dynamics. This device recommends the researcher to meet this guide-user and allowing himself to be affected by these meetings. In this case, this work highlighted a couple who lives on the streets, with a happy affection, who led the team to a dispute of perspectives for their production of healthcare. Thus, these experienced affectations were recorded in a cartographic diary and discussed in the light of schizoanalysis authors. The analysis of these affectations pointed out the axes of those discussions: biopower, biopolitics and biopotency. The desire for motherhood in this couple evoked in us a deterrent stance with offers mainly of contraceptives and brought us an ethical-moral conflict about controlling the other's desire. Soon, it was discussed when this couple sought to adopt a lifestyle of regular housing that met our expectations of health care that supposedly legitimized their desire – however, the previously happy couple now appeared apathetic and without projections as when they were on the street. Finally, after about two weeks, they returned to the street. This event brought relief, as the idea that regular housing would be the best thing for them, thought of as a health professional, undermined what is understood as the power of this couple's life. Regardless of the debate on the appropriate conditions for motherhood, our work must focus on dialogue with the power of life, not control over it. The cartography highlighted both the veiled elements of a care perspective guided by the control of others and those focused on the power of life – a fundamental analytical exercise for expanded and comprehensive care practices.

**Key-words:** Homeless Persons; Primary Health Care; Integrality in Health.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNPR	Política Nacional para Pessoa de Rua
AB	Atenção Básica
RAS	Rede de Atenção à Saúde
ESF	Estratégia de Saúde da Família
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
CnaR	Consultório na Rua
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
CAPs	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CIDI	Centro Integrado de Doenças Infecciosas
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
ACS	Agente Comunitário de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>20</b>
<b>3.1</b>	<b>Caracterização do campo</b> .....	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Aspectos éticos</b> .....	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Sobre a abordagem cartográfica</b> .....	<b>23</b>
3.3.1	CENA 1 – Câmera, olho vibrátil – ação! .....	24
3.3.2	CENA 2 – Existências que se casam .....	25
3.3.3	CENA 3 – A formação de um território .....	26
3.3.4	CENA 4 – Finais alternativos .....	26
<b>3.4</b>	<b>Pós-créditos – Considerações da diretora</b> .....	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>VAMOS À RUA! – IMERSÃO NO CNAR E O ENCONTRO COM O CASAL-GUIA</b> .....	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>CONTO 1 – Bebel quer ser mãe: e nós com isso?</b> .....	<b>34</b>
<b>4.2</b>	<b>CONTO 2 – A disputa entre a perspectiva nômade e a do cantinho</b> .....	<b>39</b>
<b>4.3</b>	<b>CONTO 3 - Arrumaram uma casa: sonho ou tédio?</b> .....	<b>45</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - DE VOLTA AO LAR: O CASAL- GUIA RETORNA ÀS RUAS!</b> .....	<b>52</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>55</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Está servido de um *cafezinho*? Lhe convido a sentar-se comigo e se aconchegar, caro leitor, que aí vem prosa – pois, antes de resenhar sobre as pessoas que vivem na rua, ainda mais num trabalho cartográfico, preciso me apresentar. Sou de uma cidade interiorana de Minas Gerais, de grande porte, que preserva nos tempos atuais alguns costumes passados de gerações anteriores. Nesse lugar de sotaque característico, regado a café e pão de queijo, com a premissa da afetuosidade, a constituição de uma família costuma ser um projeto central.

É um projeto que tem certo roteiro – costuma começar com um homem e uma mulher – um casal – *juntando* em uma casa com os papéis bem definidos (em cartório e metafórico). Comumente tal evento se faz com ativa participação dos pais dos noivos – todo aquele *démodé* de enxoval e tudo mais. Vim de uma família assim, com pai, mãe, irmão, avós, tios, dentre outros. A habitação, aqui, também é um dos principais pontos – temos de ter nosso *cantinho*, alusivo à segurança que abriga tal família.

Com isso, se acompanha a construção de uma rotina – o espaço de trabalho, de estudos, de lazer, os trajetos do ser. As relações ali são pautadas na cordialidade do ser correto, do respeitar e zelar o outro – um entendimento que vai desde o precaver não ofender o outro com o não incomodar – mas, com a contradição da boa fofoca da *comadre* e do *compadre*. O sucesso é entendido como digno quando se dá pelos estudos e trabalho – o *ser alguém*. Ser um bom homem ou uma boa mulher tem certo roteiro, no entanto, uma coisa ou outra pode escapar, *prestar ou não prestar*.

Ao buscar seguir tal roteiro para me formar e trabalhar como Psicólogo, construir uma moradia e *juntar* com uma amada, vim parar aqui, no norte do Paraná da terra roxa. Curioso o quanto essa mudança ressaltou contornos de minha terra natal – enquanto em Minas Gerais sou mais um conterrâneo, no Paraná me tornei o mineiro. Revisitando meu processo de formação, comecei a notar que segui linhas profissionais voltadas a contribuir com pessoas em contexto de vulnerabilidade social a partir de políticas públicas como as da Proteção Social Básica<sup>1</sup> e de Atenção

---

<sup>1</sup> Realizei estágio curricular (2017-2018) em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Básica/Saúde da Família<sup>2</sup>. Porventura, um projeto de extensão<sup>3</sup> marcante do qual participei se deu em contexto de famílias em condições de moradias precárias de uma ocupação urbana (BORTOLETTO; SANTOS; ELIAS; RUIZ; BADUY, 2018).

Lembro de tamanha minha implicação ao encontrar com aquelas famílias buscando pelo direito da tão sonhada habitação e a conseqüente dignidade de vida às suas famílias. Buscavam por aquilo que leio enquanto meu roteiro, e assim busquei contribuir, inclusive, empolgado, realizando a inscrição dos interessados a terminar e dar continuidade aos estudos a partir do ENCCEJA<sup>4</sup>. Mas, algo ainda me inquietava: estava lidando com famílias orientadas pela busca de um endereço ou, no caso, em políticas públicas orientadas por famílias endereçadas. E como seria o contexto das pessoas que vivem na rua, tão presentes e despercebidas em minha vida? Surgiu aí, o desejo que resulta nesse trabalho.

Entrei no programa de mestrado com a vontade de conhecer melhor pessoas que vivem na rua. Acontece que, no decorrer dos encontros com viventes de rua do município enquanto cartógrafo-pesquisador, para minha surpresa, me deparei com marcas<sup>5</sup> que retomam desde minha infância na cidade natal. Me lembrei de como ela foi permeada por brincadeiras na rua, mas com a orientação para tomar cuidado com estranhos – como o *homem do saco*. Além dele, se desenhava a figura do *doido*, a qual merecia extrema cautela – uma das principais orientações era de não encará-los, passar batido e desviar sem dar trela à interação. Essas figuras, majoritariamente, se referiam a pessoas que viviam nas ruas.

Contudo, no decorrer do processamento dos afetos advindos da imersão no campo como cartógrafo, três figuras da minha cidade me ressaltaram enquanto marcas: Nenê, Beijola e Tuco (nomes fictícios). A começar por Nenê com sua vassoura, que não era difícil encontrar: bastava seguir o som de alguma música dessas que tocam nas lojas do calçadão ou mercadão municipal para atrair a clientela. Ela, no caso, não se atraía pelas promoções, mas pela própria essência da música – dançava como se estivesse na balada, sem o pudor com o qual somos habituados.

---

<sup>2</sup> Atuei como profissional residente (2019-2021) em Saúde da Família por Apucarana (PR).

<sup>3</sup> Colaborador (2017-2018) no projeto de extensão “Plataformas digitais: produção comunitária de novas narrativas alternativas ao discurso hegemônico”, coordenado por Reginaldo Moreira.

<sup>4</sup> Exame nacional pelo qual pessoas que não concluíram os estudos podem obter certificado de conclusão do ensino fundamental e/ou médio.

<sup>5</sup> Marcas é um conceito de Rolnik (2016) que diz respeito a quem somos naquele momento enquanto uma memória do invisível: modos de sentir, pensar e agir.

A figura de Nenê me gerava interesse pela alegria que passa dançando, com todo seu *borogodó*, com todo aquele sorriso. Na ausência de música, ela se ocupava a varrer e zelar pelo espaço público. E, curioso, esse afeto de alegria se tornava constrangimento: se imaginar dançando como se não houvesse o contexto inadequado do calçadão, fora do espaço para aquilo destinado, seria, então, coisa de *doido*? Essa mulher, presente da minha infância até os dias de hoje nas ruas da cidade, é uma das marcas inesperadas que esse presente trabalho me fez reativar – a de alguém que cedeu o lado brincante ao medo da inadequação – o **mineiro medroso**.

Outra pessoa que contrastava na rotina da cidade era o **Beicola** – um senhor de longa barba grisalha, sempre com a rubro-negra camiseta do Flamengo e touca, empurrando seu carrinho de supermercado recheado de itens e um pedaço de pau, intitulado legítima defesa. Ele proferia uma série de narrativas conspiratórias e persecutórias com as quais ninguém gostaria de se ver envolvido – exceto aqueles que faziam disso motivo de chacota o enfurecendo, que prontamente empunhava seu pedaço de pau contra os debochadores de plantão os botando para correr. Inúmeras foram as vezes em que mudei de lado da calçada ao vê-lo no horizonte.

Me lembro de nossa impactante primeira interação, já próximo dos meus 20 anos de idade. Encontrei na rua um amigo que havia acabado de ser assaltado e o acompanhei, a pé, até seu apartamento, já que se encontrava fragilizado. Feito isso, retornaria a pé à minha casa com certo medo. Acontece que, ao virar a esquina, dou de cara com ele – no contato visual, ele imediatamente começa a falar comigo. Em susto mobilizado, me justifico estar preocupado por um amigo acabar de ser assaltado nos entornos – e ele, de prontidão, empunha o temido pedaço de pau e me pergunta para onde vou.

Simplesmente, ele se ofereceu a me escoltar até meu destino e não apenas: na movimentada avenida do trajeto, exerceu autoridade sobre os semáforos e as leis de trânsito postando seu carrinho de supermercado no meio da avenida, parando os carros, e anunciando que se tratava de uma emergência para que eu atravessasse a rua, independente do sinal verde. Ele fez isso por vários quarteirões até chegarmos ao meu destino – “está seguro agora” – disse, seguindo viagem.

Um encontro com alguém que sempre atravessou minha infância como um ser quase que mítico, com o qual jamais havia interagido de forma tão direta. Afinal, cresci tendo medo dele, como se fosse a personificação do *homem do saco* – esse

homem que representava um medo infantil se postou em minha defesa diante de um clássico medo da vida adulta: ser assaltado. Dessa forma, essa marca não se trata daquela do **mineiro medroso** pela inadequação, ao contrário – da admiração de como essa figura se transforma num herói a partir de atitudes contra as regras, inadequadas – um **mineiro anti-herói**<sup>6</sup>.

Por fim, nesse contexto da minha vida jovem adulta, outro personagem que se fez cotidiano foi o **Tuco**. Com voz de locutor, em meio aos bares e moradias universitárias, Tuco vivia o contrário do convencional a ser evitado – ele era comumente convidado a se juntar às mesas e tinha trânsito livre nas festas de república. Em alguns momentos, eu sentia que algumas de suas interações ali eram marcadas pelo exótico por alguns, no entanto, por parte de muitos outros, eram autênticas.

A fim de exemplo, não era incomum que o Tuco exercesse sua liberdade de flertar com as universitárias – e ok. No entanto, sentia ser desrespeitoso quando em tom jocoso alguns colegas faziam uso da narrativa de que o desconforto de alguma flertada poderia ser preconceito por parte dela quando, na verdade, me parecia mais um cinismo, pois, se divertiam com o próprio contraste do preconceito que eles carregavam.

E, nessa dinâmica, em variados momentos, Tuco se juntava à mesa comigo e meus amigos, conversava sobre a vida e com frequência pedia o celular emprestado para ligar para sua filha. Acontece que, por vezes, Tuco se sentava à mesa para conversar em momentos inoportunos, interrompendo conversas íntimas e pessoais. O perfil de não incomodar não parecia fazer sentido para ele e logo se invertia no incomodado não querendo parecer rude – isso não seria bacana. Por mais que eu tentasse dissuadi-lo sutilmente de sair e nos dar espaço, não funcionava. Esse eu em conflito, desagradado não querendo desagradar, é a marca do **mineiro bacana**.

Assim, concluo minha apresentação com a ressalva do quanto o processo de realizar uma pesquisa na perspectiva cartográfica surpreende ao resgatar marcas de vivências que sequer percebia carregar comigo. Não à toa, dou nome a esses mineiros (o medroso; o anti-herói; e o bacana) na expectativa de que o leitor consiga se localizar mais à frente sobre os afetos desse pesquisador-cartógrafo advindos

---

<sup>6</sup> Enquanto o herói convencional costuma ser retratado por virtudes e moralidades de um ideal “super” humano e, assim, proteger e salvar pessoas, o anti-herói se destaca por o fazer assumindo as imperfeições e complexidades humanas ou, até mesmo, tensionando os valores entre o bem e o mal.

dos encontros narrados junto ao casal-guia. No mais, espero que essa leitura o cativasse, assim como o casal-guia me cativou.

## 2. INTRODUÇÃO

Agora que me apresentei, precisamos contextualizar aqui, os rumos que essa vivência tomou enquanto discussão teórica. Vamos conversar bastante sobre o cuidado em saúde de pessoas que vivem na rua e, para compreender as facetas que implicam nessa temática, recorrerei sobretudo a autores com a perspectiva da esquizoanálise. Para começar, vamos a Mil Platôs que, em seu quinto volume (DELEUZE; GUATTARI, 1997), traz a multiplicidade da população humana sobre a Terra com variadas formações sociais e sua relação com o território. Deleuze e Guattari (1997) vão discutir algumas dessas formações sociais, que trarei aqui, e como cada qual se distribui, à sua maneira, sobre os territórios, mesmo agenciadas sob um mesmo aspecto: as sociedades primitivas, os aparelhos de Estado, as urbanas, as nômades.

As sociedades primitivas, no caso, são aquelas conhecidas pelo seu aspecto de organização social através de linhagens que se estabelecem em uma terra para viver de seus recursos e, assim que os começa a exaurir, se movem para outro ponto como uma extensão do processo (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Ainda segundo os autores (1997) elas são, então, de caráter tribal e de aldeamento itinerante. Em contrapartida, os aparelhos de Estado não ocupam uma terra – eles a criam (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Esse criar nada tem a ver com estalar os dedos e fazê-la aparecer – é no sentido de loteá-la, com o traçar de fronteiras, construção de muralhas, distribuir enquanto propriedades – exercer um controle sob sua extensão (DELEUZE; GUATTARI, 1997). É um sentido tão virtual quanto o valor de uma moeda – inclusa no pacote.

Já as formações urbanas das cidades, dizem respeito a circuitos comerciais. Nas palavras de Deleuze e Guattari (1997, p.107) “A cidade é o correlato da estrada” – ela se faz em função de um fluxo comercial, tanto material quanto cultural, cujo funcionamento se dá em rede. Nesse sentido, ela se fundamenta enquanto uma integração entre cidades para que o fluxo ocorra e, com isso, os autores remetem que sua lógica de formação não se dá como sedentária ou itinerante, mas pela rede que compõe – o *networking* (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Já as formações sociais

nômades, ou seja, errantes, são inerentes a uma relação de desterritorialização com a terra (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Dessa forma, estão em constante movimento e, para tanto, se distribuem em (e precisam de) espaço aberto – sempre que se deparam com obstáculos, se postulam em combate (idem).

Com a ajuda de Lapoujade (2017), ainda sobre a mesma leitura (DELEUZE; GUATTARI, 1997), todas formações sociais possuem sua potência – o que entra em voga no debate do que ocorre quando se torna hegemônica diante a outra é sobre a velocidade em que cada uma toma consistência. Se as sociedades primitivas e as cidades porventura vieram antes do Estado, é porque seus mecanismos – potências – de formação social agem de forma mais rápida para ganhar consistência do que as de captura. No entanto, como Lapoujade (2017) adenda, a forma-Estado opera na lógica da captura de formações que já adquiriram consistência, para isso, faz valer de um exercício de soberania articulado com a garantia de sua legitimidade.

É necessária a ressalva de Lapoujade (2017), de que essa não é uma conversa evolucionista-cronológica pela qual as formações sociais explicitadas se deram em alguma sequência de eventos. Não é o caso dos nômades que evoluíram para sedentários, dos caçadores-coletores que se desenvolveram enquanto agricultores, assim como das tribos às vilas e, em seguida, das cidades para os Estados (LAPOUJADE, 2017). O autor vai trazer que, na história, se observa que todas essas formações sociais coexistiram – ou seja, são contemporâneas desde suas formações iniciais até os tempos atuais. Contudo, Lapoujade (2017) faz uma distinção histórica entre a forma Estado arcaico e a moderna.

Algumas características na formação Estado se fazem convergentes – o (não) fundamento pela subjugação de povos com a aplicação da soberania e garantia de sua legitimidade, o loteamento de terra, papéis sociais, a moeda e, também, o monopólio da violência (LAPOUJADE, 2017). Ainda segundo o autor, na forma Estado, se postula enquanto instauradora da paz – quando a violência ocorre em seu corpo social, ela é tratada como um fenômeno de natureza humana pela qual o Estado não é responsável. Inclusive, o Estado tem a legitimidade de ser violento sobre a prerrogativa de fazer imperar a paz (idem). Isso se dá tanto com pessoas consideradas criminosas, quanto contra outras povoações como as primitivas e as nômades que lhe são considerados uma ameaça legítima (LAPOUJADE, 2017) – tanto é que a própria terminologia do primitivo, bárbaro, selvagem, dentre outros, é uma forma de denotar tal ideia.

Agora, entre o Estado arcaico e o moderno, uma das divergências é a forma como ele articula a soberania e legitimidade dos aparelhos de controle e gestão social – enquanto a legitimidade no arcaico tende ao místico, a do moderno tende ao jurídico (LAPOUJADE, 2017). Outra diferença que se destaca é a transição dos modelos econômicos – do mercantilismo ao capitalismo. Com isso, a discussão entre o poder soberano com o disciplinar e o poder sobre a vida – o biopoder – que Foucault (TAYLOR, 2018) realiza, de certa forma, consegue ilustrar essa transição.

Foucault (2014) traz a figura do soberano como aquele que centralizava um poder de teor inato, articulado com o sacerdócio e com a ideia de legitimação divina para exercê-lo. Para realizar a gestão social e aplicar o controle sobre os povos, a punição e o exercício de força se dava pela autoridade que lhe era garantida para assim reafirmá-la (FOUCAULT, 2014). No entanto, esse teor místico de legitimidade foi perdendo espaço com o acontecimento das revoluções industriais, o avançar do positivismo e o advento da ciência e seu papel na organização dos Estados republicanos (LAPOUJADE, 2017). Outro fator que há de se tomar tento é de que, com isso, ocorreu uma transição ao modelo econômico capitalista que colocou o Estado a seu serviço – para tanto, ele precisou se modernizar para capturar as riquezas das cidades e suas redes (LAPOUJADE, 2017).

O rearranjo de forças que se configura, a partir daí, é o que Foucault (TAYLOR, 2018) vai descrever como o poder disciplinar. Se a figura soberana nos arcaicos regimes imperiais buscava por exercer sua autoridade por um espetáculo de punição e até mesmo o poder de causar a morte de seus dissidentes, na configuração moderna o poder perde a centralidade e se dissipa no corpo social (FOUCAULT, 2014, TAYLOR, 2018). Agora, com a forma moderna de Estado, em regimes republicanos e de economia capitalista, fica pautada na máxima do direito à vida e da racionalidade científica (TAYLOR, 2018). Porém, essa vida de seu corpo social é apreendida enquanto uma massa de potencial produtivo que deve ser otimizado e, ao mesmo tempo, docilizado (TAYLOR, 2018). Para tanto, ocorre o nascimento das instituições que buscam normatizar e padronizar sujeitos em indivíduos que devem funcionar em uma harmonia análoga a uma máquina e suas engrenagens (TAYLOR, 2018).

As escolas, quartéis, hospitais, asilos, fábricas, entre várias outras instituições articuladas com as disciplinas (como a psicologia, a medicina, pedagogia, criminologia, etc.) servem para criar parâmetros e modelos de comportamento nos

diversos departamentos da vida humana (papéis sociais de gênero, familiares, etc.) (TAYLOR, 2018). Com isso, se espera embutir nos indivíduos referências que os coloquem tanto em vigilância para identificar e delatar outros indivíduos considerados desviantes, como também para que se auto vigiem (TAYLOR, 2018). Esses indivíduos desviantes que, antes seriam punidos de forma espetacular nos moldes do poder soberano, agora são alvo de interesse do Estado para conhecer suas motivações, categorizar, descrevê-las e buscar “corrigir” e antecipá-las (TAYLOR, 2018).

Dessa forma, as esferas da vida se tornam “departamentalizadas” com contextos e especialidades, ou seja, autoridades que se dão pelo saber – o saber-poder. No que tange à saúde, a disciplina que emerge como autoridade é do modelo biomédico, que traz a saúde em oposição à doença, seguindo essa perspectiva mecanicista – seria o corpo análogo a uma máquina biológica cujo bom funcionamento depende da integridade de suas engrenagens (SOUSA; MACIEL; MEDEIROS, 2018). Sendo assim, os determinantes de saúde possuem marcadores biológicos específicos cabíveis de intervenções pontuais desse saber, por meio da fragmentação do sujeito em partes e especialidades – hospitais e clínicas de ortopedia, cardiologia, neurologia, psiquiatria e afins.

Com isso, a gestão social – política – tomou uma amplitude que vai desde a administração da vida na esfera individual, como também na populacional, instaurando no corpo social padrões de higiene e epidemiológicos, controles demográficos, de natalidade, censitários, produzindo e se utilizando de informações a nível coletivo e dispersando-as socialmente (TAYLOR, 2018). É um poder, então, sobre a vida – o biopoder – que rege uma gestão sobre a vida – uma biopolítica. Com isso, a intenção é uma manutenção da vida que, mesmo em contexto de precariedade, se mantém dócil e disponível enquanto força desejante de consumo e produção – é um fazer viver, mas deixar morrer (TAYLOR, 2018).

Acontece que, da mesma forma, Palombini (2023) também realiza a discussão acerca do biopoder e da biopolítica e a saúde mental coletiva no Brasil. No entanto, a autora considera a reflexão de que esse debate iniciado por Foucault carece de contemplar o contexto de um país que se constituiu por um processo de colonialismo. Destarte, Palombini (2023) recorre ao filósofo camaronês Achille Mbembe, que realizou uma articulação sobre o biopoder, porém no contexto de um

país que sofreu com o processo de colonização e, mesmo após se emancipar, ainda enfrenta uma relação de poder nesse sentido – a necropolítica.

A necropolítica, pensada por Mbembe (2018), ocorre nas regiões consideradas periféricas do mundo, onde a crise do capitalismo moderno reverberou em forças de trabalho não mais úteis, ou seja, dispensáveis. Destarte, vidas que não mais representam matéria e riqueza tornam obsoleto o modelo biopolítico do fazer viver e deixar morrer, e fazer o esforço de produção de subjetividades dóceis corroborativas perde o sentido (PALOMBINI, 2023). Assim, na necropolítica, a intenção é a destruição das subjetividades e a produção de corpos mortos a partir de forças do próprio Estado ou de sua ausência voluntária (MBEMBE, 2018).

O Brasil, 7º país mais populoso do mundo com 203.080.756 habitantes (BRASIL, 2022a) e, segundo projeção de 2023 do Fundo Monetário Internacional (FMI), tem a 9ª maior economia mundial (SKROCH, 17/10/2023). Contudo, o país não deixa de ter uma história perpassada por todo tipo de exploração ambiental, material, e principalmente humana, desde o início de seu processo colonial com o encontro do império português com os tupiniquins (GALEANO, 2015). Pode-se dizer que, mesmo hoje se figurando uma república democrática em um mundo capitalista, essa exploração não cessou – se trata do 9º país mais desigual do mundo, segundo o Coeficiente Gini (BRASIL, 2022b): nas palavras de Galeano (2015) “a história não deixou de ser, para nós, uma mestra cruel: o sistema multiplicou a fome e o medo; a riqueza continuou a se concentrar e a pobreza a propagar-se”, p.371.

Nesse mundo atualmente marcado pela industrialização e urbanização, assim como seus avanços materiais e tecnológicos, uma das expressões máximas dessa desigualdade social se dá pelas pessoas de moradia irregular, as que vivem na rua (NUNES; SENNA; CINACCHI, 2021). Nobre, Moreno, Amorim e Souza (2018) trazem que a presença de pessoas que vivem na rua nos remete à cidade enquanto um palco de conflitos urbanos contemporâneos e na necessidade de se pensar sobre como se dão nossas relações cotidianas nela/com ela:

A “invenção” de espaços de sobrevivência na cidade por parte dessas pessoas não se dá como a possibilidade de participar da produção de um espaço urbano comum, mas como uma condição inexorável de desigualdade no acesso aos equipamentos urbanos diversos (cultura, lazer, alimentação, saúde, etc). (NOBRE et al., 2018, p. 7)

Se estima que 281.472 pessoas no Brasil vivem na rua (BRASIL, 2022b). Tanto Nunes, Senna, Cinacchi (2021), Nobre et. al (2018), quanto a Política Nacional

para População de Rua (Decreto nº7054/2009), convergem para uma definição de que as pessoas que vivem na rua são um grupo heterogêneo, possuem razões e trajetórias de vida complexas e diversificadas para estar na rua, advêm de contextos de desigualdade e vulnerabilidades sociais, e se utilizam da rua como estratégia e/ou meio de sobrevivência.

Os vínculos sociais, familiares e comunitários também são consensualmente abordados enquanto fragilizados ou rompidos. A partir das considerações e da PNPR supracitadas, as principais razões que eles levantam que levam as pessoas a entrarem em situação de rua são sintetizadas no seguinte trecho:

Fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcooolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). [...] está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e mono causal (MACHADO, 2020, p.127).

Trata-se de uma população que, como observa Nunes, Senna e Cinacchi (2021), costuma incomodar por não operar na lógica do consumo e produção. Não obstante, sofrem de forte estigma e são comumente denominados no senso comum como moradores de rua, mendigos, vagabundos, marginais, loucos, entre outras formas repletas de preconceito, o que revela uma gama sistêmica de relações sociais, culturais, econômicas, familiares e psicológicas da vida brasileira (CUNDA; SILVA, 2020). Com isso, se compreende que se tratam de dois indicadores sociopolíticos a se considerar na temática da produção do cuidado em saúde, em especial, quando se trata de uma pessoa que vive na rua.

Para além da questão descritiva, ao se trabalhar a saúde de forma ampliada com o SUS e o modelo da Atenção Básica, conforme instituído pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB/2488, 2011), no âmbito da promoção, proteção e prevenção, a partir da vinculação e do trabalho em ordenamento com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), cabe refletir as necessidades e potencialidades das pessoas que vivem na rua na produção desse cuidado. A Estratégia de Saúde da Família (ESF), dispositivo que busca consagrar o cuidado a partir da territorialidade e do “ser referência” pelo vínculo, acaba por defrontar com o desafio da acessibilidade, nos mais variados sentidos, a uma população dinâmica e diversificada.

A noção de território é central e norteadora para a organização dos serviços de saúde, mas tem se mostrado numa relação dicotômica para a produção do cuidado, em especial, quando é operado no seu valor patrimonial e matrimonial, pois aposta na fixação do usuário numa moradia assentada em um determinado endereço que é patrimônio de uma equipe, com a qual o usuário mantém vínculo, mantém-se fiel, como condição para a continuidade do cuidado. Esse modo de organizar a oferta considerando o território na lógica patrimonial e matrimonial pode produzir “exclusão” e descontinuidade de cuidado justificadas pela mudança para outra área de abrangência ou por “não cobertura” de determinadas regiões, fora dos limites que marcam a abrangência e alcance de uma equipe (FEUERWERKER; BERTUSSI; MERHY, 2016, p.297)

Destarte, considerando a PNPR e a PNAB, em observância de que as condições das pessoas que vivem na rua podem trazer riscos e demandas específicas em saúde, foram instituídos os Consultórios na Rua (CnaR). Os CnaR são constituídos por equipes multiprofissionais nas modalidades I, II e III, que podem contar com equipes multiprofissionais compostas por profissionais da enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, agentes sociais, médicos, e profissionais de saúde bucal, a fim de prestar uma atenção integralizada à saúde da PSR in loco, ou seja, no território e de forma itinerante (BRASIL, 2012).

Suas ações visam o atendimento das pessoas que vivem na rua no território com uma abordagem de busca ativa, com acolhimentos, acompanhamento em consultas e realização de exames na RAS – assim como agendamento de consultas com especialidades –, acompanhamentos psicossociais e em grupos, elaborações de projetos terapêuticos junto ao usuário, tratamento de condições como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), coleta de preventivos, dentre outras (BRASIL, 2012). Ademais, suas ações buscam ser integradas às UBS, aos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e aos demais serviços da RAS, de acordo com as demandas e necessidades de seus usuários (BRASIL, 2012). Se trata de uma política que possibilita um pensar e fazer saúde para além da lógica institucional do controle e segregacionista:

Parece que essas vidas indisciplinadas frente às normas, esses coletivos da saúde às vezes inventivos e desejantes de cuidar, outros fragilizados, produzem seus próprios mundos dentro de suas possibilidades, usando ou não, aqui ou ali, as ofertas institucionais. Não bastou uma nova regra de significados, um discurso para muitos, coerente e convincente, até mesmo os esforços de ações práticas, pois tudo isso demanda certos desejos de ação, agenciamentos para o cuidado. O usuário, que é nômade, também é incontrolável (FEUERWERKER; BERTUSSI; MERHY, 2016, p.375)

O objetivo deste trabalho foi cartografar a produção de cuidado em saúde junto a um casal-guia que vive na rua a partir de uma vivência no CnaR do município de Londrina (PR).

### 3. METODOLOGIA

Esse trabalho é uma pesquisa qualitativa de abordagem cartográfica que, com o dispositivo do usuário-guia (MERHY; BADUY; SEIXAS; ALMEIDA; JÚNIOR, 2016), buscou construir uma narrativa dos afetos vividos junto ao encontro de um casal que vive na rua, usuários do CnaR. Os afetos vividos pelo encontro com o casal-guia foram registrados em diário cartográfico e, posteriormente, organizados em narrativas divididas em três contos. Como principal referencial metodológico se utilizou da obra *Cartografia Sentimental*, de Suely Rolnik (2016), pela qual a autora aborda os conceitos da cartografia e micropolítica a partir da construção de uma história sobre noivinhas como personagens em *takes* cinematográficos.

Vale ressaltar, mais um pouco, que a concepção desta pesquisa almeja trazer os afetos vividos pelo cartógrafo nos encontros com o casal-guia em questão. Esse dispositivo preconiza que a escolha pelo casal-guia (se é que se pode chamar de uma escolha) aconteça a partir das vivências e dos vínculos cotidianos construídos junto ao serviço (MERHY et. al, 2016). Junto ao casal-guia, a pesquisa se desenvolve não enquanto um olhar para ou pelo usuário, mas pelos afetos advindos dos encontros com esse “guia” que percorre seus trajetos e caminhos próprios para a produção de seus cuidados em saúde (MERHY et. al, 2016). Um guia que, a propósito, o leva pelos seus caminhos, que pouco seguem um roteiro fixo em territórios já mapeados, desenhados e/ou explorados – mas singulares (idem).

O critério para escolha do usuário-guia comumente remete àqueles casos considerados de alta complexidade para a rede de serviços de cuidados (MERHY et. al, 2016). Essa complexidade vem como consequência de o usuário apresentar demandas de cuidados que tencionam a dinâmica dos serviços e implicam uma necessidade de estabelecer novas conexões no fazer-saúde (MERHY et. al, 2016). Diante das vivências junto ao CnaR, vários são os usuários que representam um alto grau de complexidade de demandas e necessidades de cuidados em saúde. No

entanto, neste trabalho, uma usuária do CnaR se destacou – aliás, como já referido, um casal: o casal-guia que vive na rua.

Nesse processo, o diário cartográfico foi fundamental, como em inúmeros exemplos de Feuerwerker, Bertussi e Merhy (2016), para que o pesquisador-cartógrafo registre movimentos, afetações, conversas e percepções, assim como referenciais teóricos para dialogar com o trânsito dentre territórios e encontros. Ou seja, o registro da multiplicidade que compõe, inclusive, a própria realidade – “um plano de produção de sentido sem pretensão de verdade única” (Idem, 2016, p.58). São registros que realizei em primeira pessoa, de forma narrativa, a fim de convidar o leitor às cenas e afetações advindas dessa vivência, desses encontros, à minha própria maneira. Essas vivências do campo registradas foram processadas, ou seja, discutidas junto ao grupo de pesquisa<sup>7</sup> do qual esse projeto fez parte, assim como com a orientadora.

Esse capítulo da metodologia foi organizado em três tópicos, sendo **3.1) Caracterização do campo**, que busca contextualizar o município, sua rede de serviços e o CnaR, campo de imersão da pesquisa; **3.2) Aspectos éticos**, que discorre sobre os cuidados e trâmites éticos adotados à execução da pesquisa; e **3.3) Sobre a abordagem cartográfica**, que visa elucidar sobre os conceitos da abordagem cartográfica utilizada neste trabalho, em especial, da Suely Rolnik (2016).

### **3.1) – Caracterização do campo**

O município em questão se localiza na região norte do Paraná e, segundo os dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), conta com 555.965 habitantes. Ele conta com uma Rede Socioassistencial, RAS e RAPs, ou seja, uma oferta de políticas públicas em articulação para prestação de serviços à população. Segundo o Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Londrina (PR), se observa um total de 7.183 pessoas que vivem nas ruas registradas no sistema de Informatização da Rede de Serviços Socioassistenciais (IRSAS) do município (LONDRINA, 2018).

---

<sup>7</sup> O grupo referido pertence ao Departamento de Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UEL: Trabalho e o Cuidado em Saúde e Análise dos novos movimentos sociais e a produção de saúde na periferia da região metropolitana de Londrina (PR).

Segundo o portal da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do município (LONDRINA, acesso em: 22/10/2023), enquanto Rede Socioassistencial, são ao todo dez Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), no âmbito da proteção social básica, quatro CREAS, no âmbito da média complexidade e, na alta complexidade, no caso, em específico para pessoas que vivem na rua, Serviços de Acolhimento Institucional, Serviço Especializado em Abordagem Social e, como destaque, o Centro POP – Serviço Especializado em Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua.

No que tange à RAS, o município pertence à 17<sup>a</sup> Regional de Saúde. Destaco, com foco nos pontos da RAS mais acessados pelas pessoas que vivem na rua, as duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA); os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) – III e Álcool e Drogas (AD); as 54 Unidades Básicas de Saúde (UBS) com suas respectivas equipes de ESF e Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF/AB); e, em especial, o CnaR – que está atuante em Londrina desde 2012 (portal da Secretaria Municipal de Saúde – SMS – de Londrina, acesso em 22/10/2023).

Trata-se de uma equipe de modalidade II, conforme caracterização pelo Manual do Cuidado à População de Rua (BRASIL, 2012) – ela contém profissionais da enfermagem, psicóloga, assistente social e agente social. Ademais, o CnaR recebe profissionais residentes em sua equipe, como os de medicina do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade do município (HEATHER, 07/04/2020). E, junto ao serviço, foi realizada a imersão em campo enquanto pesquisador cartógrafo no decorrer do segundo semestre de 2022.

### **3.2) – Aspectos Éticos**

A presente dissertação começa a partir do projeto de pesquisa “Análise dos novos movimentos sociais e a produção da saúde na periferia da região metropolitana de Londrina (PR)”, coordenado pela Dr<sup>a</sup>. Maira Sayuri Sakay Bortoletto, cujo objetivo foi investigar as forças que operam na manutenção de movimentos sociais nas regiões periféricas do município. O período pelo qual se deu a participação do então pesquisador-cartógrafo nesse projeto foi do dia 30/08/2022 à 29/09/2023. A imersão em campo só ocorreu mediante amparo desse período.

Essa pesquisa não trouxe benefícios diretos a quaisquer participantes. Seus riscos foram subjetivos por envolver possíveis desconfortos com a presença e participação do pesquisador-cartógrafo em campo. Diante disso, tanto o pesquisador quanto o participante puderam interromper a qualquer momento o processo. Os participantes envolvidos – trabalhadores e usuários do serviço – foram participados da proposta e advertidos dos benefícios e riscos, assim como tiveram seus nomes verdadeiros substituídos por nomes fictícios.

Em relação às exigências éticas para as pesquisas envolvendo seres humanos, esse estudo está amparado nas resoluções nº 466, de 12/12/2012 e nº 510, de 07/04/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Ele foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pelo qual recebeu parecer favorável – CAAE 98938918.0.000.5231.

### 3.3) – Sobre a abordagem cartográfica

Suely Rolnik (2016), inspirada em Deleuze e Guattari, traz outra forma de pensar a noção de território e a cartografia. Não a conhecida cartografia de espaços físicos e geográficos – estáticos – mas, uma cartografia do mundo que é visível a partir do sensível, uma paisagem psicossocial. Nesse cunho o território é, então, existencial e situacional, estando repleto de sentidos e em constante produção. Trata-se de uma metodologia não convencional por trazer o sujeito pesquisador imerso no campo, ou seja, *in-mundo*, em suas implicações e afetações que advém de seus encontros e vivências naquele espaço. Segundo Feuerweker, Bertussi e Merhy (2016):

A situação do sujeito implicado com a ação protagonística não promete a prioria produção do conhecimento, mas antes de tudo a ação, a construção intencional que dê sentido para o agir em determinados campos da atividade humana, e como tal opera sem precedência epistêmica, como muitos sujeitos: sujeito político, pedagógico, epistêmico, dos afetos, técnico, entre outros. A mobilização para conhecer vem de certos incômodos que a ação protagonística pode gerar como acontecimento, mobilizando que as várias dimensões do sujeito interajam para conduzir a um saber militante, igualmente válido e legítimo, permitindo-lhe compreender “mais” sobre a situação e a ação, para continuar agindo. (FEUERWEKER; BERTUSSI; MERHY, 2016, p. 14)

A cartografia busca pelo **desejo**, pois ele é o processo de produção de **universos psicossociais** (ROLNIK, 2016). O desejo é o próprio movimento da produção desses universos. É um movimento que Suely Rolnik (2016) coloca em

três desdobramentos – não em etapas, mas simultâneos. À própria maneira, a autora (como uma diretora de um audiovisual, ROLNIK, 2016) faz um convite para melhor explicitá-la: se postule por detrás de uma câmera, como num *setting* de filmagem de um curta metragem pela qual, através da lente, imagine-a enquanto uma extensão de seu olho, que irá acompanhar esses movimentos em quatro cenas sobre uma personagem – a(s) noivinha(s).

Para fins organizativos, intitulou-se em cenas que seguem na sequência da história das noivas (ROLNIK, 2016) como **3.3.1) Cena 1 – Câmera, olho vibrátil – ação!**; **3.3.2) Cena 2 – Existências que se casam**; **3.3.3) Cena 3 – A formação de um território**; **3.3.4) Cena 4 – Finais alternativos**; e, por fim, **3.4) Pós-créditos: considerações da autora**, que realiza uma síntese sobre a aposta metodológica deste trabalho.

### **3.3.1) CENA 1 – Câmera, olho vibrátil – ação!**

Através da câmera, você vê o encontro de um homem com uma mulher em um lugar qualquer trocando olhares (ROLNIK, 2016). A **olho nu**, no sentido estrito da visão e consciência, você não vê muito além (ROLNIK, 2016). No entanto, nessa cena, existem outros elementos invisíveis que, por detrás da câmera e de seu olho nu, você logo sente tocar seu **corpo vibrátil** – o **primeiro movimento** do desejo (ROLNIK, 2016). Esse sentir vibrátil é a denominação de **afetos** – os corpos têm o poder de afetar e serem afetados (ROLNIK, 2016). É no encontro entre os corpos que os afetos remetem a uma dinâmica que pode ser tanto de atração, como também repulsão (ROLNIK, 2016).

A partir desses movimentos de atração e/ou repulsa, segundo a autora, emerge-se uma mistura dos mais variados afetos que podem ser eróticos, sentimentais, estéticos, cognitivos, perceptivos, dentre outros. Além disso, os afetos possuem outra variável – suas **intensidades** (ROLNIK, 2016). Tais intensidades desdobram, igualmente, outra movimentação que também depende do olhar, ou melhor, da vibração de seu corpo para perceber (ROLNIK, 2016). Na sequência da cena, você observa esse homem e mulher se espreitando – seu corpo, ao vibrar, começa a ser tocado pela percepção de que estão manifestando jeitos e trejeitos, num ensaio que visa manifestar a afetação desse encontro (ROLNIK, 2016).

As intensidades desses afetos estão batendo na porta, pedindo passagem! Ou seja, querem **exteriorizar**-se e, para tanto, precisam tomar corpo em matéria de expressão. Afinal, o afeto só ganha cunho de realidade ao se efetuar (ROLNIK, 2016). E, para apreender esses movimentos, convenha-se – consegue-se apenas a partir de um **toque sensível** – é ele que permite ao seu corpo a apreensão do invisível a olho nu – o efeito desses encontros e suas reações, seja de atração ou repulsa, que estão simulando uma expressão (ROLNIK, 2016). A autora conclui que, como resultado desse **segundo movimento** de simulação, você percebe uma **máscara**.

### 3.3.2) CENA 2 – Existências que se casam

Em sequência à cena, foque na personagem feminina. Agora, Rolnik (2016) pede que se pondere dois contextos. O primeiro vislumbra uma cidade que pode ser tanto um grande ambiente urbano antes da década de 1950, quanto uma atual cidade interiorana contemporânea de Minas Gerais, por exemplo (ROLNIK, 2016). Nesse encontro, nossa personagem se atrai pelo rapazote – ora, ora! Ela sente algo, podemos imaginar um *friozinho na barriga* – ou até mesmo as *borboletas no estômago*! E, como forma de expressar tais afetos, ela se apresenta enquanto uma **aspirante-a-noivinha** (ROLNIK, 2016)! O rapazote, para alívio de todos, nota esses contornos e começa a corresponder com cortejos reconhecíveis de mesmo repertório.

O enredo de uma aspirante-a-noivinha não se faz um clássico romântico à toa. Afetos e intensidades se comunicam entre esses dois modos de existência como se cada qual dissesse: sua vida me faz sentido! Um encontro que vinga, uma **aspirante-a-noivinha-que-vinga** (ROLNIK, 2016)! Seu corpo sensível – vibrátil – compreende que esse encontro ganhou materialidade, se exteriorizou e, então, ganhou um plano de consistência (ROLNIK, 2016). Esse plano chamamos de **território**, onde tanto nós quanto o homem e a aspirante a noivinha conseguem se situar (ROLNIK, 2016). Destarte, para além desses dois movimentos, seu olho atento ao sensível pode perceber que essa composição é efeito de variados e pouco perceptíveis processos simultâneos e sucessivos de simulação em funcionamento (ROLNIK, 2016).

### 3.3.3) CENA 3 – A formação de um território

O **terceiro movimento** do desejo, então, diz respeito sobre a formação de territórios existenciais advindos desse conjunto de processos de simulação (ROLNIK, 2016). Dessa forma, os agenciamentos às matérias de expressão formam certa **crystalização existencial** (ROLNIK, 2016). Conforme a autora traz, se trata de uma composição mais ou menos estável com um repertório de jeitos, gestos, procedimentos ritualísticos familiares – um enredo dedutível, reconhecível. É o terceiro movimento que lhes dá tal impressão, pois, é nele que as dinâmicas de atração e repulsa ganharam lugar para se exercer – um território (ROLNIK, 2016).

Assim, conseguiram se situar e direcionar sua apresentação: uma **cartografia de território** (ROLNIK, 2016). Com isso, se conclui que nossa personagem *casa* com tal contexto matrimonial doméstico, ou seja, habita com certa tranquilidade esse **território existencial** (ROLNIK, 2016). A autora pondera que isso não é sinônimo de que a máscara da noivinha se alude a uma suposta condição de opressão, mas, nesse contexto, tais máscaras constituíram enquanto matéria de expressão para que ela possa viver seus afetos.

Agora, vamos retomar uma outra perspectiva: os mesmos personagens, em cena semelhante, porém em tempos mais contemporâneos a partir da década de 50 (ROLNIK, 2016). A aspirante-a-noivinha encontra o rapaz e sente algo, no entanto, ao buscar a exteriorização, o antes enredo *démodé* romântico agora resulta em uma cena de conotação tragicômica: uma moça toda desajeitada (ROLNIK, 2016). Dessa forma, as intensidades que ela agora experimenta nesse encontro ficam como quirelas soltas de afeto da máscara do território matrimonial que têm passado cada vez mais por um processo de dismantelamento (ROLNIK, 2016). Nossa noivinha, agora, se faz descontextualizada para o andamento desse enredo. Tal máscara não mais se beneficia de oxigenação afetiva, logo, é uma **aspirante-a-noivinha-que-gora** (ROLNIK, 2016).

### 3.3.4) CENA 4 – Finais alternativos

Em sequência à situação da noivinha que gora, Suely Rolnik (2006) ilustra dois outros desfechos possíveis. No primeiro desfecho, nossa personagem persiste nessa máscara, no caso, antiquada – o rapazote não a corresponde. Ou seja, é uma máscara que não mais se oxigena afetivamente e, ao tomá-la enquanto suposta essência, nossa personagem, com medo de se perder, agarra-se a ela (ROLNIK, 2016). Fica visível seu esmorecer que, agarrada à tal máscara, não consegue conduzir novos afetos – **a noivinha-que-gora-e-gruda** (ROLNIK, 2016).

Para o segundo desfecho, a personagem adota uma postura audaciosa – descolar da máscara. Ao fazê-lo, ela se depara com a angústia da ausência de rosto em um processo de **(des)territorialização** (ROLNIK, 2016). Diante disso, seu corpo vibrátil percebe os movimentos de simulação de novas matérias de expressão – aqueles que buscam resultar em máscaras – para compor um novo plano de consistência para seus afetos – um novo território que viabilize aquele encontro (ROLNIK, 2006). Nesse caso, de fato se pode considerar que a máscara da noivinha funcionava enquanto uma supressão de seus afetos da qual ela tende a se libertar - **a noivinha-que-gora-e-descola** (ROLNIK, 2016). Se encerra, aqui, nossa curta metragem.

### 3.4) Pós-créditos – Considerações da diretora

Como lição desse curta metragem, a diretora (ROLNIK, 2016) conclui as máscaras enquanto operadoras de intensidades – elas são sempre efetuadas em constante processo (movimento) de composição, decomposição ou já são compostas. Ela acrescenta que simulação não tem a ver com manipulação ou falsidade. Mas, seu funcionamento se faz como um condutor de afetos – é a vivacidade. Do contrário, se tais máscaras não se prestam ao serviço, não conseguem fazer sentido – de nada têm credibilidade (ROLNIK, 2016).

E mais além, junto à **noivinha-que-gora-e-descola** percebe-se que, fora a máscara, não existe um rosto. Ou seja, não existe uma suposta essência do verdadeiro, originário, autêntico, dentre vários outros adjetivos que buscam categorizar uma natureza humana que seja inata (ROLNIK, 2016). É sobre o puro movimento: invisíveis, pouco perceptíveis e permanentes movimentos de criação – “a máscara é a realidade nela mesma: não há nada que seja verdadeiro” (ROLNIK,

2016, p.36). Aliás, continua a autora: “A procura pelo verdadeiro, aqui, até perde o sentido: revela-se como um falso problema. A única pergunta que caberia é se os afetos estão ou não podendo passar; e como” (ROLNIK, 2016, p.36) – esse, diria, é um dos maiores objetivos da cartografia.

O que vocês acabaram de acompanhar é como a autora (ROLNIK, 2016) constrói os conceitos de um processo cartográfico, ou seja, da construção de um mapa no âmbito psicossocial, a partir de um exercício autoanalítico. Esse exercício é consonante com uma proposta de pesquisa que visa a produção de conhecimento com a premissa do afeto que se dá pela vivência. Foucault não se considerava um pensador sistemático – dizia-se um experimentador em oposição a um teórico, num pensar de maneira autoanalítica e transformativa invés de validar o já conhecido (TAYLOR, 2018).

Como explicitado anteriormente, a cartografia busca o desejo – minha intenção de trazer todo esse exercício dos desdobramentos do desejo que Rolnik (2016) faz, à sua maneira propriamente cartográfica, com a história das noivinhas, foi de esmiuçar seu processo. Para além da conceituação teórica, me senti agenciado pela história das noivinhas, não apenas pela alusão que a autora faz ao cenário ficcionado em Minas Gerais, mas inspirado em igualmente realizar seu exercício autoanalítico à minha realidade como forma de trazer a particularidade de meus afetos no campo da produção de conhecimento – oportunidade única que essa metodologia propicia. Logo, esse mineiro que vos escreve, inspirado em Suely Rolnik, que inspirada em Deleuze e Guattari, buscou realizar sua cartografia à própria maneira.

Aliás, por muito tempo me percebi quebrando a cabeça tentando entender essa metodologia como se fosse uma receita de bolo, cujo manual explicaria o passo-a-passo de como realizar uma. E, de repente, me peguei na seguinte reflexão: mas, *peráí* – eu gosto de cozinhar, mas nunca tive paciência para seguir nenhuma receita de bolo. Sempre que tentei deu tudo errado e, no final das contas, hoje tempero tudo na *base do olho*. Às vezes sai uma gororoba, às vezes sai a melhor refeição de todas – porém única, uma vez que não conseguirei reproduzi-la nunca mais por não seguir uma receita. Ao meu ver, se existe um elemento em comum em cada cartografia é o apetite – no caso, o desejo.

Dessa forma, esse trabalho se deu pela construção de um mapa afetivo movido pelo desejo de trabalhar com a temática de pessoas que vivem na rua, aos

territórios ainda desconhecidos, a partir dos afetos advindos da imersão em campo e dos encontros com as pessoas que vivem na rua, mais especificamente, do casal-guia. Para dar língua a esses afetos e desenhar o referido mapa, com base na apresentação subjetiva do autor, foi confeccionada uma narrativa dividida em prosas, com uma apresentação inicial intitulada “**Vamos à rua!** – Imersão no CnaR e o encontro com o casal-guia”, seguida por três contos **1)** “Quero ser mãe: e nós com isso?”, **2)** “A disputa entre a perspectiva nômade e a do cantinho” e **3)** “Arrumaram uma casa: sonho ou tédio?”, por fim, as **Considerações Finais** “De volta ao lar: o casal-guia retorna às ruas”.

#### **4) VAMOS À RUA!** – Imersão no CnaR e o encontro com o casal-guia

É com a expressão *frio na barriga* que descrevi em meu diário cartográfico o sentimento inicial dessa imersão, a partir do momento em que ficou acordada e autorizada a minha entrada em campo – o CnaR! Acredito ser uma expressão que torna bem com a expectativa de uma jornada rumo ao desconhecido: como será a rotina do serviço? Seus trabalhadores? Seus usuários? Com o que e com quem vou me encontrar? Como vou saber quem é o usuário-guia? Aqui, a partir desses questionamentos, pretendo lhes contar um pouco sobre a vivência em campo até o encontro com o casal-guia que vive na rua em alguns fragmentos.

A começar pela acolhida da equipe do CnaR, cuja sede fica em uma UBS. Logo na apresentação à equipe da proposta de imersão em sua rotina, ao menos um dia na semana, se desatou um leve conflito: uma das profissionais de enfermagem, a mais pragmática, trouxe que a equipe contava com apenas dois carros que não eram suficientes para levar mais pessoas. Ela ainda seguiu com a colocação de que a demanda para realizar os atendimentos e aplicação de vacinas era alta e, para atendê-la, não dispunham de tempo para conversar com os usuários. Com isso, de imediato a marca do **mineiro bacana** se mobilizou com o sentimento de que estava incomodando-os.

Acontece que o receio de estar incomodando encobriu a primeira frustração – injuriado – com relação a minha expectativa sobre o serviço: a proposta do CnaR não devia ser proporcionar, em especial, um espaço de escuta para as pessoas que vivem na rua? Meu incômodo não expresso logo foi desatado pela sequência da discussão entre a equipe – para meu alívio, uma das duas psicólogas se prontificou

em reorganizar a equipe nos dois carros para que parte contemplasse a agenda mais voltada aos procedimentos de vacinação e atendimentos médicos e a outra realizasse os acompanhamentos mais voltados à escuta dos usuários.

Dessa forma, a equipe que naquele turno contava com o médico, duas profissionais da enfermagem, duas psicólogas, uma assistente social e uma educadora social passou a me integrar e direcionar às incursões programadas no território que fossem mais convenientes. O clima do referido conflito logo foi se reconfigurando para um convite a conhecer a realidade do serviço, que é corrida e conhece bem seus usuários e principais pontos de sobrevivência. E, para ir à rua, a outra profissional da enfermagem me cedeu um dos uniformes azuis característicos da equipe e armou sua principal caixa de ferramentas: uma baita lancheira!

Essa técnica tem como rotina levar consigo um kit com chá ou café, frutas, bolos, doces, pãezinhos, sanduíches, dentre outros que ela diz ser para ela – no entanto, é mais para os usuários e toda a equipe – é a técnica dos *ranguinhos*! Em uma de nossas primeiras atividades, fomos realizar a busca ativa de um senhor que tinha consulta médica no Centro Integrado de Doenças Infecciosas (CIDI) que possivelmente estaria em um mocó<sup>8</sup>, conhecido por servir de abrigo para pessoas que vivem na rua. Era uma semana de muito frio no município e, ao chegar na porta do lugar, havia dois guardas municipais saindo de lá – por isso, tivemos de dar mais uma volta e dar um tempo para não associarem nossa presença a eles.

Ao retornar e entrar lá, fiquei surpreso com o quanto aquele lugar sutil e quase imperceptível para quem olha de fora da movimentada avenida, de aspecto abandonado, é espaçoso e amplo. Além disso, era um espaço bem habitado – havia um senhor sentado em uma cadeira de rodas em silêncio e, logo, fomos recebidos por um outro senhor mais carismático que soava como o articulador do lugar – um síndico. Ao ver a equipe de vestes azuis, comumente apelidada pelo seu público como *Os Smurfs*<sup>9</sup>, os usuários logo começam a abordar para conversar e pedir orientações, preservativos, dentre outros.

No entanto, ao questionar pelo nosso procurado, prontamente responderam que ele não se encontrava. Mais uma vez, uma situação que demanda da equipe a agilidade de adiantar uma outra atividade para intervalar uma nova tentativa de

---

<sup>8</sup> Mocó é um mamífero roedor, no entanto, também é uma gíria utilizada para designar um esconderijo, um abrigo ou uma residência.

<sup>9</sup> *Os Smurfs* é uma série de desenho animado americana-belga criada pelo cartunista Peyo e produzida por Hanna-Barbera, em 1981.

encontrar quem procura – isso se mostrou muito corriqueiro. Também é comum não encontrarmos quem se está buscando e, no meio do caminho, encontrar uma outra pessoa que não havia sido encontrada no dia anterior! Foi o caso de **Marilda**, que estava descendo a pé rumo a um outro ponto estratégico de sobrevivência das pessoas que vivem na rua da cidade: o *Zerão*<sup>10</sup>.

Marilda é uma usuária que mobiliza a equipe pelas dificuldades de estabelecerem um projeto de cuidado que tenha continuidade em decorrência de sua condição de ouvidora de vozes e seu nomadismo. Ao abordá-la, logo se nota uma ferida exposta na perna – estávamos sem o médico conosco, e a parte da equipe que estava com ele foi imediatamente acionada. Marilda começa a trazer que a ferida foi de uma agressão gratuita e não demora para emendar uma narrativa sobre transferências mentais e conspirações do governo. Não teve como não lembrar de **Beißola**, que fez valer a marca do **mineiro anti-herói**: será que essa ferida em sua perna se deu em um ato de heroísmo?

Com a chegada da parte da equipe que estava com o médico, sua ferida foi tratada e ela medicada. No entanto, a equipe parecia consternada diante de suas narrativas, e aos possíveis riscos expostos junto a sua ferida, nos mais variados sentidos. Tal consternação era acompanhada de triste observação da psicóloga da equipe – Marilda estava usando cerca de três calças. Trata-se de uma marca que não é moda, mas uma estratégia de sobrevivência diante da hostilidade e violência a qual uma mulher que vive na rua está exposta. Essa mesma psicóloga buscou conversar com ela sobre a redução de danos e, quando Marilda perdeu o interesse em continuar a interação com a equipe, nos despedimos com um sincero “se cuide”.

Ao retomar a busca pelo senhor que tinha atendimento agendado no CIDI, o desfecho foi positivo – encontramos-lo no referido mocó e, a propósito, ele estava lá o tempo todo! De sorriso tímido e simpático, **Seu Flor** de pronto topou minha companhia e a da técnica dos *ranguinhos* para ir caminhando até o CIDI. Naquele frio, ele estava sem meias e sem blusa adequada – a técnica dos *ranguinhos*, junto com uma mexerica, ofereceu a única blusa de frio que tinha no carro, que era feminina. Assim como o **mineiro medroso**, ela demonstrou preocupação pela inadequação de Seu Flor usar roupas femininas – mas ele sempre nos confortava dizendo que era melhor do que passar frio.

---

<sup>10</sup> Zerão é o nome popular de uma conhecida área pública do município de lazer ao ar livre cujo nome oficial é Área de Recreação e Lazer Luigi Borghesi.

Conversávamos no trajeto, onde ele contava sentir muita fraqueza, e que tem melhorado bastante com os atendimentos e a medicação. Ele, à vontade, trouxe estar há anos vivendo na rua, mesmo possuindo família enquanto certo estilo de vida – mas, sente pela falta de coletividade entre as próprias pessoas de mesmo contexto. Enquanto aguardávamos sua vez para ser consultado, também conversamos sobre a última vez que soprou algumas velinhas – em gargalhadas, ele disse fazer tempo e ser motivo de muita revolta, pois ama bolo de chocolate. Sua última experiência com um bolo de chocolate foi, por sinal, desastrosa: havia ganhado de uma senhora de bom grado, mas o dia era de chuva e, antes que pudesse saboreá-lo, um carro passou próximo e encharcou seu bolo. Ninguém melhor que a técnica dos *ranguinhos* para ouvir sua história – ela se comprometeu a, no próximo encontro, contemplá-lo com a iguaria.

Nada melhor que comida como gancho pra contar sobre um encontro que se deu em uma pizzeria! No caso, de um café da manhã em uma pizzeria com **Bebel** e **Agostinho**. A missão do dia era a de buscar por um casal que estava pousando na varanda de uma pizzeria durante o dia, enquanto estava fechada, com autorização do dono. Era início da manhã e os dois estavam lá, dormindo debaixo das cobertas. Isso não impediu a equipe de acordá-los, ou melhor, abordá-los: senti um pouco invasivo, no entanto, a ternura da técnica dos *ranguinhos* e seu vínculo com o casal logo desfez essa sensação – o sorriso de Bebel ao vê-la foi muito aconchegante.

Bebel possui uma doença passível de ser curada com os devidos cuidados, cuja medicação é disponibilizada pelo SUS – porém, devido seu alto custo, existe uma demanda por certa garantia de que o usuário irá aderir ao tratamento e, em especial, com descrédito a quem faz o uso do *crack*. No caso, ela não parece se apegar muito a essa preocupação a ponto de mudar seu estilo de vida para adesão ao tratamento. Junto com o sorriso de Bebel, uma cachorrinha filhote saiu debaixo das cobertas para nos recepcionar de forma contagiante – já Agostinho, também sorridente, opta por se embrulhar de volta nas cobertas enquanto conversávamos com Bebel.

Em meu diário, descrevi-a de imediato como carismática e sarrista! Logo começou a contar que o dono da pizzeria era bacana e que estavam ali, pois, aconteceu uma desavença entre alguns companheiros da rua, no lugar que estavam anteriormente. Assim como Seu Flor, ela colocou que existem muitas picuinhas entre as pessoas que vivem na rua. Como exemplo, ela contou um caso em que enquanto

ela lavava as cobertas em uma praça pública, uma senhora lhe abordou comovida para dar uma nota de cem reais. Bebel, festiva, logo foi compartilhar com um amigo do casal a boa notícia e lhe pediu para que fosse buscar pão, mortadela e um pudim para fazer um gostoso café da manhã – e ele? Sumiu com a nota e nada de café.

Dessa forma, Bebel e Agostinho são a parceria que se faz nesse mundão hostil. E ela, sinceramente, nada parece abalada com toda essa hostilidade – pelo contrário, tira sarro disso tudo. Isso não significa que Bebel é a par de sofrimento: ela se sentiu à vontade para me trazer sobre o uso do *crack*. Segundo ela, não é nada tão pesado como normalmente pintam. Para ela, é uma sensação de analgesia sobre seu sofrimento e uma oportunidade de se aproximar de uma falecida irmã. Bebel vive na rua há tempo – desde criança. Ela conta que teve seus vínculos rompidos com a família, em especial, com a mãe.

Segundo ela, essa história começa em seu nascimento – se tratava de um parto de gêmeas. Bebel veio ao mundo, mas sua irmã gêmea faleceu enroscada no cordão umbilical – sua mãe, segundo ela, joga essa tragédia em sua conta desde criança. Quando ela traz a experiência com o crack, ela refere que é no seu uso que ela consegue conversar com a irmã, que diz a ela que está bem, para relaxar, e que ela não tem culpa dessa morte – ao contar isso, seu sorriso se transforma em lágrimas. Foi uma conversa que, ao contrário de meu receio, durou toda a manhã. Agostinho, nesse meio tempo, havia se levantado para ir buscar café da manhã.

Ele trouxe um café para Bebel e, educadamente, também nos ofereceu. Porém, um pedido de Agostinho à equipe que me pegou de surpresa foi por um cigarro – que lhe foi negado. Senti vontade de partilhar um cigarro com eles junto a essa conversa, mas fiquei com receio – a marca do **mineiro medroso** foi ativada – parecia inadequado diante de uma equipe de saúde. Até mesmo porque o médico não é muito a favor do cigarro. Com esse encontro que ainda não havia findado, me deparei com a ansiedade de rever esse casal. Tive de perguntar se topariam que eu retornasse mais vezes – e a resposta foi um claro, pois, sou legal.

De forma difícil de explicar, me senti intrigado sobre esse casal e, não demorou para isso culminar em uma resposta quase súbita ao meu questionamento sobre quem seria o usuário-guia dessa pesquisa: o casal-guia que vive na rua. Em conversa com a equipe, esse casal se postulava enquanto usuários emblemáticos do serviço por viverem há muito tempo nas ruas do município num teor de estilo de vida. Ademais, são notados pela forma que levam a vida – um sarro – e, é

justamente a partir desse sarro que são queridos, levantam e tencionam as expectativas de cuidados da equipe. Por essas e mais razões, os contos que seguem são junto a Bebel e Agostinho.

#### 4.1) CONTO 1 – Bebel quer ser mãe: e nós com isso?

Esse conto diz respeito ao revés que Bebel causou à equipe ao trazer seu desejo de ser mãe! Acontece que, dentre as ofertas da rotina de atendimentos da equipe ao casal, uma delas é a injeção contraceptiva. E, na ocasião, Bebel trouxe que não quer mais fazer uso dela, pois quer ser mãe. O **mineiro bacana** imediatamente se mobilizou – é o desejo dela, por que não? Não o respeitar não é a perspectiva que quero carregar, porém, um conflito se instaura sobre o contexto do casal que vive na rua ser adequado a uma maternidade. A equipe também souo acompanhar meu conflito: deu para perceber eles tentando ser bacanas e gentis fazendo questionamentos se não seria melhor o casal se estabilizar antes de pleitear isso.

Educadamente, a equipe tentou pactuar com Bebel que ela fosse a uma UBS realizar os acompanhamentos – até mesmo pelas implicações que sua doença não tratada teria em uma gestação. Nossa guia, então, desferiu uma boa risada e disse: *vou ver de ir sim*. Após uma longa conversa, já no momento de despedir, Bebel realizou um *alfinetoso feedback* elogiando a mim e à técnica dos *ranguinhos*, mas pontuando que a outra psicóloga presente não era legal – como quem houvesse sentido um peso maior de julgamento por parte dela. Bebel não parece ter pudores de expor sua opinião e ainda o faz de forma sarrista!

E, após sair desse encontro, me peguei em conversa com meus botões sobre como o impulso foi da dissuasão do ser mãe antes mesmo de debater sobre o que é a maternidade. Apostaria, inclusive, que o inverso – no caso, Bebel pedir por uma injeção contraceptiva – não seria gatilho para nenhuma conversa ou debate entre a equipe do porque ela não quer ser mãe. Em conversa com a equipe sobre a história do casal, mais específico, de Bebel, me disseram que ela é uma pessoa de relacionamentos duradouros. Antes de Agostinho, ela tinha um companheiro que gostava muito, contudo, foi assassinado.

Me senti afetado ao começar a pensar em como Bebel está ali, com Agostinho, constituindo sua família e almejando um passo a mais. A desventura é

que, nesse desejo, injustamente o que mais chama atenção a priori é o uso do *crack* de Bebel. Sem dúvidas, o *crack* é uma das drogas mais consonantes com a narrativa da destruição de famílias, do rompimento de vínculos e de prejuízos à saúde em um todo. Esse impacto acerca do *crack*, de todo seu estigma e carga moral que ele remete, convoca uma série de julgamentos de incompatibilidade com o ser mãe que, por si só, também carrega uma série de cobranças morais – como mostra o trabalho de Camargo, Oliveira, Herreira, Martins, Luft e Kantorski (2018) sobre mães usuárias de *crack*.

A priori, ao buscar interlocução com demais autores para essa inquietude, imaginei que se figuraria uma discussão pautada em ações orientadas ao controle do desejo do outro via biopoder e biopolítica. Entretanto, me deparei com a discussão que Pelbart (2016) realizou entre Império e Biopotência. Aqui, o filósofo (2016) traz a noção de Império que Toni Negri e Michael Hardt realizam enquanto uma cartografia contemporânea que atualiza o que Deleuze e Foucault trazem na temática da sociedade do controle. No caso, não se trata do clássico império cujo poder tem centralidade na figura do soberano, e nem no poder organizado enquanto instituições repressivas do poder disciplinar (PELBART, 2016).

A referida cartografia de Negri e Hardt faz uma releitura da (re)produção da vida em sua totalidade, da dimensão biopolítica foucaultiana, pela qual o poder rege a vida social ao se apropriar do desejo dos sujeitos que, assim, corroboram de livre e espontânea vontade (PELBART, 2016). Acontece que, nessa releitura, os autores (2016) trazem que esse regime de poder compreende a vida em aspectos ampliados que consideram sua inteligência, afetos, cooperação e desejo – *bios* é um caldo coletivo (PELBART, 2016). Para além disso, essa amplitude engloba o poder de afetar e ser afetado pelos corpos como a própria perspectiva espinosana traz (PELBART, 2016).

Dessa forma, ao reconhecer tais amplitudes, ocorre a inversão sobre o que Foucault traz da biopolítica enquanto poder sobre a vida – é sobre o poder de potência da vida. Com isso, Pelbart (2016) intitula esse caldo coletivo, em sua diversidade e potencialidade de reinventar enunciações de afetos e desejos, como multidão. É uma multidão criativa, heterogênea, plural, descentralizada e multidirecional – diferente da massa, que é unitária – que produz novas fontes de valor em que o regime moderno vê como oportunidade de controlar e capitalizar, ou seja, vampiriza-la (PELBART, 2016). Mas, com isso, se evidencia uma via de mão

dupla: se o que o império almeja é investir e exercer o poder sobre a vida em suas mais variadas dimensões, se reconhece sua potência e é essa a mesma que postula uma resistência a ele (PELBART, 2016).

Nessa multidão se germinam também as modalidades de insubmissão às estratégias imperiais que visam sua potência: a vida que o poder investe é a mesma cujo caldo emerge em contra-poderes e linhas de fuga (PELBART, 2016). Ela é, então, uma auto-organização biopolítica. Quando eu trouxe surpresa em como o **mineiro bacana** sentiu, apropriado de uma concepção de vida que vai para além dos aspectos de mero cunho biológico, um incômodo com o desejo enunciado de Bebel ser mãe, percebi traços das artimanhas desse império (PELBART, 2016). Seria esse incômodo, então, o dissabor de perceber meu desejo colonizado – ou pior, colonizador, nesse império que almeja corpos tristes?

O casal, no caso, me soou mais consonante com o degradingolar da discussão acerca da multidão – como que escapassem da noção dos quatro muros, num sentido virtual (PELBART, 2016). Assim, entre o mineiro bacana e o casal-guia, se percebe a ausência do então mestre que dá uma direção comum característica desse novo império. Porém, de um lado se percebe a adesão ao regime do império, enquanto no outro, a não adesão a isso. Aliás, o avesso – o brincante, mesmo diante desse regime – a biopotência de não estabelecer um projeto utópico de modelo de família que, no caso, convém até mesmo um desutópico:

um vazio de projeto, que nada tem a ver com um desencanto pós-moderno ou qualquer volúpia niilista, mas antes com a ousadia de sustentar um espaço de abertura, de indeterminação, um plano de possíveis, uma crise a partir da qual múltiplas virtualidades possam ser atualizadas (PELBART, 2016, p.63).

O **mineiro medroso** logo aparece – como me apresentei, venho de um contexto onde existe todo um *démodé* de constituição de família. Ao pensar em dar o referido passo a mais que o casal-guia almeja, sinto a insegurança numa clássica *ressabiadis*: tenho o que é necessário para dar seguimento a esse projeto? Afinal, o que é necessário para isso? É errado cogitar ter um filho nesse mundo sem antes se figurar enquanto um indivíduo com terreno preparado e passado em cartório? Uma rede de suporte social e familiar bem estabelecida? – e toda uma suposta noção de maturidade arqueada a esses questionamentos? – um perfil adequado para tal.

Ora, isso não seria a referida distração que minha comadre teórica, Suely Rolnik (1997), trata sobre a noção de uma subjetividade categorizada em perfis? De que retenho uma ótica de um modo de ser, que assim como uma casa, separa interior e exterior numa arquitetura e endereço bem definidos, trazendo certa noção de quietude (ROLNIK, 1997)? Tais questionamentos desenrolam em nova estranha inquietude sobre a adesão aos cuidados em saúde esperados ao casal-guia. Diante desses *insights*, me senti embaçado em relação ao meu próprio modo de existir – tédio de minhas próprias *neuras adultas*, que de certa forma soaram, não como suposta segurança frente ao mundo, mas uma insatisfação.

O que estou querendo dizer é um questionamento sobre meu próprio desejo, orientado não apenas enquanto uma instituição sobre o que é ter ou ser uma família no âmbito da disciplina – mas dessa insatisfação que o acompanha enquanto *neuras adultas*. Difícil não lembrar de Nenê e o desconforto do **mineiro medroso** – quando dançar e brincar diante de uma música passou a ser inadequado? Algo que, curiosamente, não percebo necessariamente no casal-guia – que estão mais para brincantes: deixam por assim de ser adultos? Na verdade, é como se as *neuras adultas* não lhes fossem motivo de preocupação, mas de riso – uma potência.

Para entender melhor essa potência, busquei pelo compadre Spinoza (DELEUZE, 2019), que a traz como aquilo que se pode, em ato. A qualidade dessa potência, no caso, são suas intensidades – lembram da comadre Rolnik (2016) com a **noivinha** que busca exteriorizar os afetos do encontro com o rapaz? Como as noivinhas, as pessoas se acompanham pela potência que elas têm, tanto em ações como em paixões. Quanto maior a intensidade, maior sua relação com o ser que busca enunciação e, detalhe, Spinoza (DELEUZE, 2019) também parte da ótica de que não existe um ser verdadeiro, autêntico ou originário – como o vazio por detrás da máscara (ROLNIK, 2016) – e sim um desejo de potência. Com isso, conclui, não é sobre aquilo que a noivinha pode, mas aquilo que pode uma noivinha (ROLNIK, 2016 e DELEUZE, 2019).

Assim como as noivinhas (ROLNIK, 2016) são os **mineiros** – e também o são o casal que vive na rua. Com o auxílio de nossos personagens e de Spinoza (DELEUZE, 2019), podemos seguir a discussão de que por detrás de suas máscaras não existe o referido ser inato – verdadeiro –, mas maneiras de ser em que cada qual se define pelo que pode – sua potência. O que pode o **mineiro medroso** e a **aspirante-a-noivinha-que-gora** (ROLNIK, 2016) e, melhor, o que

acontece quando se deparam com o que pode Bebel que quer ser mãe? É a partir desse encontro e de seus afetos que se pôde perceber em quais modos de existência isso implicou. De tal forma, mediante a polaridade entre tais modos, outra coisa que se evidencia são suas potências (DELEUZE, 2019).

O que esse encontro tencionou, então, entre os modos de existência de Bebel e do mineiro medroso, é que ambos possuem anseios e desejos de constituir uma família. Porém, o incômodo do medroso se dá ao perceber quantos afetos ele deixa de conduzir, como a aspirante-a-noivinha-que-gora (ROLNIK, 2016), ao abrir mão de seu lado brincante em nome desse lado denominado das neuras adultas. O casal evidencia quanta potência possui em constituir uma família, em ações e paixões, o que o medroso, mesmo desejando, deixa de viver pelas condicionantes neuróticas respaldadas no compromisso com os boletos bancários. E, não obstante, Deleuze (2019) vai chamar à mesa não apenas Spinoza, como também Nietzsche para “tratar” da neurose.

Ao se debater modos de existência, é difícil quantificar o que é bom ou ruim, certo ou errado. Para tanto, Nietzsche convoca um exercício de realizar uma mensura pessoal com a história do Eterno Retorno: o que você faz é o que se vê fazendo uma infinidade de vezes, ou melhor, poderia lhe ser um modo de existência? (DELEUZE, 2019). Spinoza, com isso, traz como exemplo a figura do alcoólatra: se gosta de beber, beba de tal maneira prontificado a o fazer uma infinidade de vezes. Agora, quando essa mesma figura segue no ciclo vicioso de cada vez que bebe se lamuriar de que este vai ser o último copo, pois vai parar, se instaura o problema da questão (idem).

Destarte, a discussão que segue a partir desse exemplo (DELEUZE, 2019) não tende a debater alcoolismo, assim como esse capítulo não o pretende fazer o foco no casal-guia sobre maternidade, contexto de rua e *crack*: é sobre o estar de acordo consigo mesmo enquanto uma ética da potência! Spinoza complementa que esse mal estar é um dos grandes males da sociedade e, olhem só, o denomina como o veneno da neurose – uma vampira da potência de vida (DELEUZE, 2019). E, para encerrar com um sermão, nosso compadre adenda: “Se você faz alguma coisa, faça como se devesse fazê-la um milhão de vezes. Se vocês não chegarem a fazê-la assim, façam outra coisa” (DELEUZE, 2019, p.111).

#### 4.2) CONTO 2 – A disputa entre a perspectiva nômade e a do cantinho

Em sequência ao *causo* de nosso casal-guia, vamos acompanhar quando se mudaram subitamente para outra região do município. Mas, agora, não mais em uma pizzaria – montaram um barraco e tinham um endereço! O que será que havia acontecido para tal mudança? Lembrei-me que, ao encontrá-los pela primeira vez na pizzaria, haviam comentado que antes permaneciam no *Zerão* – no entanto, devido a uma confusão entre os viventes dali, optaram por sair. Teria acontecido outra? Dessa vez, o ponto de referência era de uma UBS que se localiza próxima a grandes centros de reciclagem. É um encontro que, a partir das afetações, vocês vão poder observar elementos da potência de vida do casal – contudo, a tônica que sobressaiu à discussão se dá em clássicos operadores de busca por controle social diante do casal.

Ao chegar lá, se tratava de um fundo de vale. O casal-guia estava mata adentro, onde possui um córrego. Batemos palma e, como sempre, o temido me acontece: acordamo-la. Logo, a vergonha de incomodar é aliviada pela sonolenta e risonha cara de Bebel, que feliz em nos ver já anuncia uma preguiça das boas. A Totó a acompanha e esboça igual alegria – tal mãe, tal filha. Sem muitas delongas, elas nos convidam para descer ao barraco. A paisagem se assemelha à do *Marco Zero* – mata fechada, gelada e bastante úmida. Para chegar ao barraco deles, que fica mais ao fundo, temos de passar por dentro da casa de outro morador do local. A terra úmida e escorregadia demanda cautela, principalmente no ponto pelo qual temos de atravessar o córrego.

Logo se percebe que Bebel está com aspecto de resfriado – ela já traz o quão tem se sentido febril e com frio nas madrugadas. A técnica do CnaR, a enfermeira mais pragmática, logo esboça preocupação com Bebel, de chinelos e resfriada, escorregar e cair no gelado córrego. De fato, não deixo de observar com olhar armado sanitaria: cacos de vidro, entulhos de construção, pedaços de ferro e madeira, garrafas pets, dentre outros resíduos pelo chão e pelo córrego que me despertaram preocupação com relação às condições da habitação do casal. E a água, estariam fazendo uso da do córrego, provavelmente misturada com descarte, também, de esgoto, sem ferver? Afinal, tais elementos podem tornar propício incidentes de queda, cortes, animais peçonhentos, dentre vários outros na bula sanitaria.

Já me percebo preocupado o suficiente, assim como a técnica, com a questão de sua doença sem tratamento com a qual eles parecem seguir na filosofia do *deixa a vida me levar* e, agora, mais uma síndrome respiratória que vai lá saber quão pode evoluir. Não julgo a técnica pragmática, uma vez que o que ela expressou é o mesmo que o **mineiro bacana** não o teve coragem, mas pensou – assim como quando frente a Tuco. Nada daquilo parecia preocupá-los. Aí vem o deparar com aquele conflito: o se sentir responsável como profissional da saúde em atuar, de alguma forma, a cuidar deles, testemunhado tais condições, versus o agir junto a eles sem a conotação de vigilância? Pois, realizadas observações sobre esses cuidados pela técnica, sinceramente não pareceu surtir efeito algum! Aliás, Bebel até dá risada sobre o quão passou mal!

Mas, diante da inquietude desse conflito, o que refletir? De forma providencial, me recordei de nossos colegas sanitaristas Merhy et al. (2016) – quem melhor que essa trupe do cuidado e da micropolítica para tratar sobre esse olhar armado? Acontece que ao se debater o mundo dos cuidados em saúde, depara-se com certa centralidade de orientação de saberes verticalizados do profissional da área (MERHY et. al, 2016). Com isso, o usuário é tomado enquanto objeto de ação frente a um sujeito de saber superior e, em um encontro assim orientado, se estabelece uma relação em que o profissional prega um fazer saúde correto, mais saudável e que implica em um modo de viver adequado sobreposto ao do outro (MERHY et. al, 2016).

Nesse mesmo livro (MERHY et. al, 2016), as autoras de um capítulo (BADUY et. al, 2016) discutem uma experiência junto a uma equipe da ESF, diante de uma usuária-guia que, como a nossa, vivia na rua. No relato, as autoras percebiam o quanto esses trabalhadores partiam de uma premissa baseada na condição de saúde e social da referida usuária-guia que orientava suas óticas à uma dicotomia de comparação entre modos de viver adequados/inadequados (BADUY et. al, 2016). Essa comparação se dava, então, em um padrão que ressoa nas marcas **mineiras**: uma normativa de relações familiares e de trabalho respaldadas pela prerrogativa de moradia regular com condições de higiene em suposta adequação (BADUY et. al, 2016). Não lembra bastante nosso caso?

Essa lógica de operação observada pelos autores (MERHY et. al, 2016) nos serviços de saúde a partir de um campo de profissões, procedimentos e protocolos – responsabilidades, que contém certa previsibilidade – são remetidas como um

esmorecimento da multiplicidade de seus usuários. Estou certo de que nosso casal-guia, se me permitem uma metáfora, está careca de saber quais expectativas as equipes de saúde possuem com eles – tanto é que tanto dão risadas diante de algumas falas. Por mais que tenhamos conversado sobre Império e Biopotência (PELBART, 2016) no conto anterior, essas afetações pareceram ressaltar seu âmago com as discussões clássicas do colega Michel Foucault (TAYLOR, 2018) sobre o poder da anatomopolítica.

A referida verticalidade e dicotomias de adequação presentes na discussão supracitada (MERHY et. al, 2016, BADUY et. al, 2016) soam como raízes da articulação do poder disciplinar que Foucault (2014) descreve em Vigiar e Punir. Acontece que o filósofo coloca que o ápice das disciplinas se dá com a emergência de uma arte do corpo humano pela qual se vislumbra tanto um aperfeiçoamento como também a formação de uma relação social de obediência – o corpo dócil (FOUCAULT, 2014). No caso, essa formação se dá a partir de normatizações e padronizações de comportamentos e estilos de vida por meio de instituições cujo investimento político busca aplacar o corpo social num todo.

Esse corpo social não é apenas vigiado por tal política, mas aderem tanto como objeto enquanto sujeitos ativos a ela – pessoas vigiadas, que se autovigiam e o fazem umas às outras (FOUCAULT, 2014). Em nosso caso, tais normatizações referem-se às condições de moradia, higiene e demais cuidados em saúde que orientam expectativas que disputam com as do casal-guia – por isso, me questionei: de onde esse mineiro, que é psicólogo, tirou um ímpeto de vigilância sanitária? São elementos disseminados tanto no senso comum, enquanto conhecimentos implícitos, como no contexto institucional – explícito – tendo os serviços de saúde e seus trabalhadores como representantes, no que Foucault (TAYLOR, 2018) faz a relação entre poder e saber.

Dessa forma, o profissional da saúde representa uma *expertise* que denota habilidades e capacidades, com o peso de atribuir determinantes de saúde com marcadores biológicos específicos que legitimem intervenções sobre o corpo do outro na lógica saúde-doença (SOUSA; MACIEL; MEDEIROS, 2018). Com isso, o conflito sanitarista armado com o casal-guia parece dizer sobre o pressuposto da moradia regular como um marcador de riscos da doença e insalubridade como forma de vigiá-los e condicionar seu acesso à saúde. Como exemplo claro, o acesso ao medicamento caro para a doença de Bebel se dá pela garantia, pautada na

mudança de seu estilo de vida, de que ela faria seu uso adequado. Como discutimos no conto anterior, se tratam de corpos com potência de vida em uma disputa com o Império (PELBART, 2016), que extrapola para uma tensão entre modos de existência – o modo nômade contra o do cantinho.

Pode-se dizer, então, que Bebel e Agostinho são nômades, na medida em que produzem redes de conexões de cuidado que não são essas apreendidas pelos mapas convencionais dos serviços de saúde (MERHY et. al, 2016). Eles também não parecem se apegar, da forma que os profissionais de saúde preconizam, aos fluxogramas e requisitos para acessar os serviços, tratamentos e a própria concepção de produção de uma vida saudável (MERHY et. al, 2016). É como se eles não comprassem esse saber tido implícita e explicitamente como verdade inata – o que me faz, novamente, reativar a marca do **mineiro anti-herói** com a radicalidade de Beijola, dissonante diante de um corpo social disciplinado e roteirizado, fazendo sua subversiva existência *louca muito louca* (MERHY et. al, 2014) como uma potência.

Ao que parece, essa disputa entre o modo nômade e o do cantinho diz respeito a um cabo de guerra em que os serviços de saúde buscam imbuir no casal-guia suas normativas e institucionalidades, ou seja, docilizar, enquanto o casal escapa em risadas do próprio movimento que busca os disciplinar. Agostinho e Bebel têm nas ruas suas estratégias e espaços de sobrevivência, trabalho, lazer, cuidado, dentre outros singulares – tecem suas próprias redes (MERHY et. al, 2016). Acompanhar esse modo de vida transitório, para quem é dócil no cantinho, não é fácil: é experimentar movimentos de desterritorialização que lembram a própria **noivinha-que-gora-e-descola** (ROLNIK, 2016) – sustentar a ausência desse rostinho mineiro não é tarefa fácil.

Mas, claro, o processar desses afetos com suas reflexões não se deram ali, de imediato, em ato. Minhas expectativas, salvo as preocupações sanitárias, eram pela vitória do modo cantinho! Até mesmo porque o casal alimenta pontos de identificação comigo – Agostinho, que também estava resfriado, não se encontrava em casa porque tinha ido buscar remédios. Sua ausência foi uma brecha para que Bebel trouxesse estar sem paciência com o homem – aliás, conhecendo pouco sobre a peça, não duvido que ela jogaria suas insatisfações na cara dele em nossa presença. Segundo ela, *ele está chato para um c\*\*\*\*\* com invenções de moda de*

*ficar de ciúmes para cima dela – Onde já se viu começar com essas inseguranças agora?! Tá achando o que?! – exclama.*

Bebel segue dizendo sobre sua forma de discutir a relação – um *tapão no pé da orelha* dele para criar vergonha na cara. Nem mesmo a cachorrinha se livrou de um sermão – *essa daí também se não ficar esperta, vai ver só [...] não quero saber dela se engraçando com cachorro safado nenhum, ela é pura e vai permanecer assim, como uma virgem santa, pois não quero ser avó!* – bravejou. Sempre levo o que Bebel traz com seriedade, mas logo seu aspecto sério se torna para o sarro e tudo vira piada! A preocupação com como pode evoluir o ciúme de Agostinho, por exemplo, logo é desatada por como Bebel se impõe e maneja bem as situações. É assim com a saúde, com as relações em geral, enfim, com a vida.

A partir da questão que ela trouxe do planejamento familiar, de não querer ser avó com a cachorrinha tendo filhotes, já aproveitei para fazer a oferta de articular a castração. Mas, para isso, de forma (des)pretensiosa, precisava confirmar: esse endereço vai ser fixo – é isso mesmo? Assim sendo, agora vai ter como realizar alguns clássicos pactos usuário-trabalhador da ESF? – e Bebel ponderou – *é, bom, a UBS está a dois quarteirões daqui.* Porém, a minha colocação foi gatilho para a técnica pragmática aproveitar a deixa e pontuar que, de fato, o CnaR está com poucas condições para atender suas demandas com boa frequência, ou seja, o casal deveria contar mais com a UBS do que com o serviço.

Me arrependi do impulso de ter comentado isso – será que dei a ideia pra técnica transferir a referência da família para a UBS? De imediato, lembrei também de ter escutado sobre uma discussão entre a equipe do CnaR de que as visitas com os estudantes que frequentam o serviço estavam sendo muito demoradas por conta do bate-papo e, por isso, estava atrapalhando-os a cumprir as demais metas. Ainda assim, o desfecho dessa discussão entre eles foi a de buscar acolher os alunos e conciliar da melhor forma possível com as demandas – tanto é que estávamos ali, eu e a técnica pragmática, que se dispôs a me levar até o casal-guia.

Ao ouvir isso Bebel, em tom manhoso, logo dispara: *ah, mas é que gosto de vocês – não pode ser vocês com o doutor?* – nos questionando. A técnica pragmática até mantém a pose, mas eu ainda acredito que ela se derrete assim como eu com essas falas. Inclusive, essa fala de Bebel me traz como evidência o quanto os usuários do CnaR possuem um vínculo de confiança com seus trabalhadores – o que não cola com o enunciado de que estão sempre restritos a

procedimentos e atendimentos da meta e não realizam escutas. Aliás, sinto se tratar de uma equipe, em muitos momentos, bastante aguerrida.

Sabe aquela discussão ali pra cima sobre a disputa dos modos de vida nômade contra o do cantinho, assim como dos marcadores da saúde versus doença que orientam uma briga de saberes entre profissionais da saúde e usuários? Rios, Seixas, Cruz, Júnior, Merhy e Santiago (2021) realizaram uma cartografia com mulheres que vivem na rua, que discute esse mesmo tipo de embate. Os autores colocam que o encontro de alguns trabalhadores da saúde com outros modos de vida, como o nômade, tencionam suas formas de compreender e apreender a vida de tal forma que tornam os afetos desse encontro doloridos, até mesmo insuportáveis ou no máximo toleráveis (RIOS et. al, 2021). Difícil não deixar de lembrar da nossa personagem **noivinha-que-gora-e-gruda** (ROLNIK, 2016) que, com medo da angústia que a ausência de rosto causa, se enrijece em sua máscara.

Para os autores, como reflexo disso, suas práticas acabam por se orientar pela rígida perspectiva do jeito certo de viver a vida – prescrições – e de uma suposta vida digna ou não – classificações: um sujeito que detém o saber/poder, que implica em uma relação vertical que desvalida o outro (RIOS et. al, 2021). Assim, concluem, a diferença entre o encontro desses modos de vida opera o que denominam de assimetria, ou seja, a não compreensão da potência do outro (RIOS et. al, 2021). Com relação ao nosso casal-guia, o que sinto é que o que percebemos enquanto sua potência é o quanto eles escapam de investimentos que tendem a essa lógica assimétrica. Certamente, algumas de nossas ações podem ter essa tendência – e eles parecem, por vezes, deixar passar batido.

Agora, isso não anula que tem momentos que a equipe propicia que fazem a presença valer a pena – encontros pautados na simetria. Ainda segundo os autores (RIOS et. al, 2021), a perspectiva simétrica é quando esse encontro entre os modos de vida diferentes consideram a potência de cada qual para a produção de cuidado – lembra do papo do corpo vibrátil, aberto ao sensível (ROLNIK, 2016)? Destarte, se trata dos encontros que, ao contrário do assimétrico, que mais está para a rigidez que gora e gruda, são pautados na aposta de sustentar um descolamento e buscar vingar em (des)territórios que conduzam afetos de produção de potência (ROLNIK, 2016, RIOS et. al, 2021)!

É uma lógica até simples: como espero que o outro me considere se eu não o considerar também? Em resumo, esse manhoso pedido de Bebel para o CnaR

continuar como referência me diz que se trata de um serviço que não opera apenas para fornecer procedimentos de saúde, mas que também produz encontros simétricos e de vínculos afetuosos! Enfim, esse conto termina com uma despedida cheia de metas anotadas em agenda. Ufa! Encerrado com o casal-guia, seguimos para o combinado de articular com a nova UBS seus cuidados e tentar sua vinculação na doce expectativa de que permaneceriam no local.

Agora vai! Ora, estão tranquilos em uma moradia quase regular! Com isso, a expectativa é a de que será possível trabalhar com calma todas suas questões e estabelecer os cuidados que vão desde os mais simples, como os de resfriados, e até mesmo os mais complexos, a fim de conquistar tal requintado medicamento. Será que o casal vai trocar seu estilo de vida nômade para adotar um cantinho?

#### 4.3) CONTO 3 - Arrumaram uma casa: sonho ou tédio?

O terceiro e último conto é sobre quando nosso casal-guia que vive na rua o deixou de fazer – passaram para uma moradia regular! Nesse vai-e-vem, todo o pactuado na zona leste do município foi por água abaixo – e não estou me referindo ao córrego! Tal novidade veio acompanhada pela expectativa de que, agora, estavam em um endereço ainda mais arrojado. Já conversamos bastante sobre o poder disciplinar, a biopolítica e a potência de vida diante dos encontros com nosso casal-guia – e agora? Qual será o desfecho dessa novela já que não estão mais na rua? Sem mais *spoilers*<sup>11</sup>, o conto que segue vai tratar sobre o resultado da disputa travada entre o modo nômade e o do cantinho.

Tudo começou quando a equipe do CnaR tomou conhecimento de que, devido a um processo de infecção mais forte, Bebel acabou por ser internada em um leito de Hospital Geral para o tratamento, e ponderada sobre as necessidades dos cuidados pré-hospitalares em domicílio. Dito isso, acabaram por ir morar na casa de **Lineu**, sogro de Bebel e pai de Agostinho, em um bairro periférico na região oeste da cidade. Antes mesmo de ir até lá, a primeira coisa que busquei foi pela nova UBS de referência, onde fui conversar com a coordenadora da ESF para me apresentar junto de minhas intenções para colocar em prática mais um plano de vinculação e cuidados.

---

<sup>11</sup> Spoiler é uma expressão de origem inglesa que significa contar por antecipação o final de uma história que a pessoa ainda não viu e estragar a experiência.

A equipe logo me acolheu e se disponibilizou a apresentar o território e amparar em quaisquer ações – inclusive, caronas para encontrar o casal. O mais incrível é que, nesse mesmo dia, o endereço de Bebel e Agostinho estava na agenda de visitas domiciliares do dia – seria o destino?! A ACS e a profissional de enfermagem contextualizaram que se tratava de Lineu, um senhor aposentado acompanhado pela equipe, em especial, por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). A complexidade do caso de Lineu se dava, principalmente, pelos agravos de sua condição decorrente da ausência de (auto)cuidados com, também, uma questão marcante acerca do uso de álcool. Lineu à parte, a equipe prontamente me encaixou no carro junto ao médico, ACS e enfermeira para a vista.

Para realizar essa visita domiciliar, comprei até mesmo alguns pães, mortadela e um bolo para aludir ao famigerado café da manhã que tanto gostam. Não apenas: a psicóloga do CnaR, pensando neles, montou uma espécie de mini enxoval com toalhas, produtos de higiene pessoal, roupas de cama, dentre outros itens para que eu os entregasse. Ainda no carro pelo trajeto até lá, a equipe teve a curiosidade de perguntar a respeito da presente pesquisa, cuja palavra-chave é: pessoa que vive na rua. Imediatamente, as trabalhadoras remetem uma narrativa da complexidade que é lidar com esse público, em especial, pelo uso do *crack* – mas, logo se reconfortam com o fato de agora estarem em uma moradia regular como contexto que possibilita melhor produção de cuidados.

Não posso julgar, uma vez que minha expectativa, de certa forma, é dos bônus que eles vão ter nesse novo contexto. Afinal, quem nunca sonhou – ou sonha – em ter uma casa própria? E, ao chegar na casa, me chamou a atenção seu aspecto rural para os tempos contemporâneos ou urbana para as décadas passadas – afinal, não havia muro que a separasse da rua. Era um vasto quintal de terra entre a rua e a casa, que ficava ao fundo do terreno. Nesse quintal, algumas tímidas hortaliças e árvores frutíferas – se organizar direitinho, fica *show*. Dá até para criar algumas galinhas.

A clássica batida de palmas anuncia a chegada da equipe que, em seguida, é recebida por Agostinho e a Totó sendo convidados a entrar. Lá, nos encontrávamos em uma sala convencional com um jogo de sofás, televisão e um aparelho de DVD. Bebel estava no banho – em um chuveiro quente. Sentamos juntos e aconteceu a apresentação de Agostinho à equipe – o senhor Lineu, seu pai, era o alvo de atenção. Enquanto atendiam-no, Bebel saiu do banho e se juntou à conversa com

Agostinho sobre o sogro – mas, antes, disparou a seguinte fala: *não tem jeito, vocês acham mesmo a gente, ein?* Uma presença fiel deitada de guarda ao lado do senhor era um cachorro grande, de aspecto tranquilo o suficiente para não se incomodar com as provocações da Totó em suas sutis mordiscadas, em um convite para brincar.

Bebel e Agostinho acompanharam o atendimento de Lineu, complementavam e correspondiam aos pedidos da equipe sobre quais cuidados deveriam ser tomados, assim como os medicamentos. Se disponibilizaram, também, a ir na UBS buscar o que fora receitado e pareceram buscar se atentar às orientações da equipe sobre como as usar da forma devida. Terminada a consulta, conversamos sobre a possibilidade de eu ficar para papearmos e a equipe da ESF seguir sua agenda de visitas e me buscar depois – estava empolgado, inclusive, com o lanche. Dito isso, ficamos os quatro e o senhor logo se dispôs, quase enquanto necessidade, a falar um pouco de sua história, em especial, da sua relação com o uso do álcool.

Lineu relembra do quão triste foi quando foi levado a uma dessas instituições psiquiátricas, na qual ficou alojado com uma série de pessoas em sofrimento psíquico intenso por variadas razões e demandas – *me assustei, afinal, era tanta gente mal que isso estava me deixando pior ainda, eu nem estava tão ruim daquele jeito e logo dei um jeito de sair de lá*. Bebel e Agostinho complementam suas falas, assim como ele tecia um ou outro comentário sobre Agostinho ser um bom rapaz, mas ter aquela questão (se referindo às drogas) – no entanto, evocando sua questão com a referida internação psiquiátrica pela qual passara parecendo não a desejar ao filho.

Lineu, ao trazer a marca que a experiência de sua internação psiquiátrica deixou, me suscitou que estávamos em uma conversa íntima sobre processos manicomiais asilares. Palombini (2023) realiza essa discussão cujo pontapé inicial se dá com uma psiquiatria enquanto dispositivo no contexto do poder disciplinar e sobre a vida. É um dispositivo sem o interesse pela produção de cuidado, mas sim de produzir enunciados e materialidades sobre o que é a loucura e, assim, tornar corpos – modos de vida loucos – passivos à sua incisão (PALOMBINI, 2023). O que a autora (2023) faz é retomar análises preliminares de Foucault sobre esse poder e os modelos asilares com o avançar das conversas acerca do biopoder e suas atualizações.

Ocorre que, o susto que Lineu narrou ao se deparar com um contingente de pessoas que estavam muito mal em sua experiência nessa instituição, que provavelmente se deu antes da virada do século XXI (antes da consolidação da RAPs), se assemelha com as ilustrações que Palombini (2023) traz em seu capítulo dessas instituições asilares como espaços que servem a uma finalidade de contenção de modos de vida considerados subversivos. Não pareceu se tratar de um espaço que se organiza preocupado em lidar com o sofrimento das pessoas referidas por Lineu, pelo contrário, soou mais como tirá-las de cena do convívio social e comunitário, seja lá por qual for o motivo, e esquecê-las em sofrimento. No caso, essa constatação corrobora com o que a autora (2023, p.91) retoma enquanto a finalidade do modelo asilar: “a de dominar uma insubordinação da vontade”.

O que se coloca em questão, então, é a produção da loucura pelo saber psiquiátrico enquanto um marcador de periculosidade que possibilita uma articulação com o judiciário para intervenção diante desses sujeitos (PALOMBINI, 2023). Essa consideração se faz porque a proposta terapêutica percebida nesse modelo se dá entre um embate de ideias – a do médico contra a do louco em sua suposta crença fixa considerada errada, delirante. Tanto é que, no histórico contingente de pessoas asiladas, muito se percebia que ali estavam pela diversidade que representavam diante à normativa social hegemônica – minorias e minoridades, como mulheres que se comportavam diferente do esperado em seu papel social, pessoas de outras orientações afetivas, de gênero, dentre várias outras e, com destaque na discussão de Palombini (2023), pessoas de etnia majoritariamente negra.

Dessa maneira, a cura do suposto doente se dá no momento em que ele realiza uma confissão de que sua crença é, de fato, louca. Ou seja, é sobre docilizar pessoas e seus modos de vida considerados insubordinados diante da ordem social – é uma relação de força. Com isso, se parte para uma suposição que atualiza as análises sobre o poder de Foucault, de berço europeu, para um contexto mais coerente com o brasileiro: a de um país que foi colônia. Frantz Fanon (2020) se refere à loucura mais como um excesso de vontade do que uma questão de juízo e, em um país de histórico colonial, o poder psiquiátrico engendra enquanto dispositivo de força na relação colono/colonizado a fim de estancar os prejuízos resultantes de processos de independência e emancipação dos povos que almejam manter subjugados.

O modelo asilar foi tencionado diante da ampla movimentação social e política da reforma sanitária e psiquiátrica brasileira na busca pela reorientação ao modelo psicossocial (AMARANTE, 2013). Se tratou de uma nova proposta de se pensar e fazer saúde que considera a esfera social e seu teor de constante transformação com elementos ideológicos, visões de mundo, éticas, étnicas, de classe social, política, dentre outras para substituir o cuidado médico-centrado ao cuidado ampliado e em liberdade para produzir vida e saúde (AMARANTE, 2013). Porém, Palombini (2023) adverte que, se aconteceu uma reforma psiquiátrica, é porque esse poder se disseminou por toda a sociedade – a psiquiatrizou – e ressalta a necessidade ético-política, enquanto profissionais de saúde, de questionar:

O que acontece quando a reforma psiquiátrica propõe-se a livrar os loucos do internamento, instituindo uma rede substitutiva de serviços? o que acontece com as relações de poder estabelecidas nesse campo? Com que moeda o usuário paga pra deixar os encarceramentos e habitar a cidade? Um ideal de autonomia ou uma certa normalização não acaba sendo o pagamento que a reforma exige? Que nós, profissionais, exigimos? (PALOMBINI, 2023, p. 92)

Lineu, mesmo com a ótica de que o uso do *crack* por Agostinho pode se configurar como uma questão problemática, parece ponderar que uma internação psiquiátrica não é uma opção de cuidado – seria a porta de entrada para o poder psiquiátrico subjugar a vida do filho, como ele testemunhou em sua vivência. A loucura não diz respeito a um debate restrito às pessoas com transtornos psiquiátricos em si, pois, como vimos, saúde mental não dissocia da esfera social – é sobre modos de vida. E, conforme os questionamentos acima de Palombini (2023), reflito: a disputa entre o modo cantinho e o nômade é de certa forma uma cobrança de normatização sobre até que ponto se pode ser livre, que estamos realizando ao casal-guia?

Agostinho e Bebel, aliás, pouco participavam dessa conversa. Bebel estava mais entretida (ou entediada), ali, com a interação entre os dois cães. Aliás, um daqueles entretenimentos que me remetem ao tédio de quando você está em lugar não muito a fim de socializar e opta pelo cachorro ou o gato no ambiente. O cachorro grande, o Totózão, por ser mais tranquilo, levava de Bebel aqueles tapões de “afeto” – *nada incomoda esse aqui* – dizia. Ele tem cerca de 15 anos de idade e uma rotina de bastante autonomia quando comparado aos demais cães domiciliados – sai pela manhã para frequentar suas padarias e, em especial, o açougue, após o

horário de almoço. Às vezes traz, inclusive, carnes e ossos que ganha do açougue para terminar de almoçar em casa – provavelmente, pediu embrulho para viagem.

A partir daí, o assunto se tornou justamente esse: casa. Afinal, como está sendo morar em uma casa? Receio que, talvez, devo ter esboçado minhas expectativas em meu corpo. Bom, Bebel trouxe que havia sido hospitalizada devido a uma infecção grave de urina e que necessitaria ficar de repouso e fazer uso adequado dos medicamentos. Então, foi trabalhado com ela realizar tais cuidados sob um teto regular. Enquanto conversávamos, Bebel e Agostinho separavam alguns DVD's de filmes que agora podiam assistir por ter um aparelho DVD. Agostinho me mostrou a caixa, com certa empolgação, com variados títulos – os favoritos de Bebel eram os de terror, enquanto para ele alguns clássicos de ação. Colocaram um filme antigo sobre vampiros, cuja legenda era em inglês, mas logo pareciam não se importar muito.

A empolgação vinha em conjunto com uma espécie de suspiro. O mesmo se dava quando Bebel remetia ao banho quente mais acessível como uma vantagem. Ou com relação a ter maior facilidade em lavar as roupas. Expressavam, ambos, uma narrativa sobre como era bom estar sob uma moradia regular, no entanto, não senti implicação alguma. Doravante, logo me vi diante de certo tédio – a hora passava devagar, ao contrário de quando nos encontrávamos na rua. Traziam, a mim, falas sobre como estar longe do contexto de outras pessoas com drogas facilitava o não uso – *nem sentimos falta* – a exceção era manter o *verdinho*, contaram. O lanche sequer chamou muita atenção – pegaram-no e colocaram na cozinha. O mini enxoval também não pareceu cativar tanto, apesar de terem tecido muitos elogios.

Comecei a me questionar se minha entrada via UBS não teria, então, poluído a relação – senti que estavam conversando comigo em uma daquelas clássicas falas para corresponder ao que um profissional da saúde espera escutar. Conhece aquela história de que uma pessoa com diabetes, por exemplo, sabe quais alimentos evitar e, logo, sabe o que responder ou não a um profissional que questiona acerca de sua alimentação mesmo que ela não siga à risca tal dieta? O mesmo vale com relação ao uso do *crack* – é implícito. Eu não me importaria de ouvir se sentem ou não falta dele – pode ser que nem seja o caso ali, mas fiquei com a impressão de que não estávamos conectados e de que ouviria apenas o que convém a qualquer outro profissional da saúde.

Tentei quebrar a monotonia desse diálogo perguntando se não sentem falta da rua – até disseram que em alguns momentos sim, como de certa liberdade – mas, retomam a questão de como o que é certo é focar em se estabelecer, fazer aquele clássico projeto de vida. Agostinho perguntou, também, com relação ao CRAS e possíveis benefícios – logo orientei que sim, é bem possível e que poderiam agendar um atendimento social lá. No entanto, todas as respostas para as ofertas de encaminhamentos ficam no “*essa semana eu vejo*”. Me peguei ansioso para que a ESF voltasse logo para me buscar – estávamos os três, arrisco dizer, entediados assistindo ao filme – e fiquei aliviado quando a equipe chegou.

Combinei, então, de retornar em outro momento e atender alguns pedidos, como o de trazer roupas masculinas a Agostinho. Anotei em meu diário algumas propostas como a de articular com o CRAS de referência, realizar uma aproximação com a UBS para acompanhar os cuidados da infecção e tentar melhor vinculação entre a equipe e o casal-guia. Apesar de que minha expectativa de adotarem o modo do cantinho tenha sido atendida, esse foi disparado o encontro mais borocoxô. Talvez, só talvez, isso melhoraria se eu não fosse mais acompanhado pela ESF. No entanto, minha preocupação real era a de que, nesse caso, essa nem fosse a questão: mas sim a de que aquele modo de vida não contempla aquele casal. Quem nunca sonhou com a casa própria? Bom, parece que encontrei quem.

Contudo, a preocupação evolui na medida em que percebo a ausência, inclusive, de afetações nesse encontro que, não fossem o dissabor do tédio, mais amargo que café forte sem açúcar para curar ressaca – nenhum dos mineiros conhecidos sequer apareceu para a conversa. A relação com o casal-guia no modo cantinho, que agora pareceu mais como subjugador do modo nômade, se daria por encontros superficiais em um roteiro previsível de conversa de elevador? O que percebi é que, no final das contas, apesar do contexto não ser asilar, parece que toda a potência que eles denotavam na rua, mesmo diante das investidas para buscarem adequar um estilo de vida mais consonante à nossa perspectiva de produção de saúde, se esvaiu. É como se tivessem perdido o brilho.

Senti falta, inclusive, do que entendia como frustração de quando o casal-guia não atendia tais expectativas de cuidados em saúde – não que eu esteja fazendo apologia ou negando a importância de que eles os realizem. A questão é que, encontrá-los daquele jeito, mais prostrado, me parece fazer valer a reflexão que Lineu reverberou ao discorrer de sua história de vida com a internação psiquiátrica.

Devem existir opções melhores que não neguem a necessidade desses cuidados em saúde, mas convém que certas opções nem sempre são produtoras de saúde ou valem a pena. É que, depois de tanto discorrermos sobre o poder disciplinar, a biopolítica e a potência de vida, meu temor é ter como desfecho dos contos sobre nosso casal-guia ter de discutir a necropolítica.

A necropolítica, pensada pelo camaronês Mbembe (2018), amplia de forma perspicaz e triste a análise sobre o poder no contexto de países considerados regiões periféricas do mundo. Segundo o autor (2018), o capitalismo moderno desvelou uma crise que acarretou, em especial, nessas regiões, em forças de trabalho não mais úteis a ele – ou seja, dispensáveis. Destarte, vidas que não representam matéria e riqueza acabam por tornar obsoleto o modelo biopolítico de fazer viver e deixar morrer – o esforço por produzir subjetividades mais eficazes e dóceis, nesse cenário, perde o sentido (MBEMBE, 2018). Assim, na necropolítica, a intenção é a destruição desvairada dessas subjetividades com a produção de corpos mortos a partir de forças do próprio Estado ou com sua ausência voluntária (MBEMBE, 2018).

Será que, ao ser internada no Hospital Geral pela infecção urinária que precisava do tratamento, a artimanha necropolítica pegou carona em sua demanda e aproveitou para produzir uma morte subjetiva nesse corpo de vida nômade? Afinal, é esse o alerta que Palombini (2023) faz ao trazer que a superação do modelo asilar não é uma causa ganha mesmo após a reforma sanitária e psiquiátrica ter ocorrido. Como vimos, a relação de exploração humana do colonialismo se atualizou no cenário do capitalismo moderno global e, o saber biomédico, em certa medida, foi apropriado como um dispositivo para exercer poder sobre os corpos – nesse contexto, a luta tem que ser contra os manicômios e o colonialismo – antimanicolonial (PALOMBINI, 2023).

## **5) CONSIDERAÇÕES FINAIS - De volta ao lar: o casal-guia retorna às ruas!**

Para nosso alívio, essa é uma história que não vai terminar como necropolítica – antes mesmo da próxima visita combinada com o casal-guia, a psicóloga do CnaR me informou que eles retornaram às ruas. Não apenas: ela também comentou que estava tudo bem com eles. Devo confessar que, quando

idealizei esse projeto de pesquisa, imaginei que encontraria nas ruas territórios marcados, em geral, pelo sofrimento de um contexto de vulnerabilidades e desigualdades sociais, que seriam determinantes como impossibilidade de produção de vida. Com isso, acreditei que a tendência seria fomentar o modo de vida do cantinho como caminho para viabilizar uma vida plena a essas pessoas. Afinal, essa é a representação de vida boa que carrego comigo, conforme me apresentei – viver nas ruas, nômade, seria o avesso.

No entanto, se prestarem atenção no início dessa vivência contado no capítulo “vamos às ruas!”, vão perceber que mesmo diante do encontro com variadas pessoas em contextos a priori não muito legais, em momento algum pautaram o estar na rua vinculado, de forma direta, aos seus sofrimentos. O sofrimento, nesses casos, veio mais relacionado a como o modo nômade de existir é considerado *louco muito louco*, por haver um modelo hegemônico sedentário do cantinho como viabilidade de acesso para uma produção plena de vida – o que produz a inacessibilidade a eles que, aí sim, podemos observar como sofrimento. Acredito ser necessário diferenciar, também, até mesmo pela minha vivência pregressa com ocupações urbanas (BORTOLETTO et. al, 2018), quando se há o desejo por assentar em um contexto comunitário de moradia regular e digna – que, aliás, deve ser um direito de todos!

O que quero dizer é que esse trabalho não busca realizar uma análise ingênua e romântica sobre as mazelas produzidas pela violenta desigualdade social presente em nosso país que foi e ainda é descaradamente explorado por um processo colonial. Pelo contrário, essa análise teve a intenção de evidenciar o quão as relações de poder desse processo histórico, de forma artilosa, ainda hoje realizam certo loteamento de nossos modos de vida e restringem nossas possibilidades de afetos. Como já discorrido a partir da história das noivinhas, de Suely Rolnik (2016), o que mais interessa é se nossas máscaras estão conseguindo conduzir afetos. Curioso observar o quanto os encontros com nosso casal-guia me fizeram revisitar afetos ainda inexplorados na minha própria terra, advindos dos encontros com Nenê, Beiçola e Tuco – sabe aquela vergonha de quando se está caminhando em seu próprio bairro e lhe param para perguntar o nome da rua, mas você não sabe responder?

Confesso que busquei, ainda preocupado, pelo casal-guia no local onde estariam agora, apontado pelo CnaR, cerca de três ou quatro vezes sem sucesso. A

partir daqui, não mais os busquei até a presente data. Entretanto, encontrei conforto na leitura de Lapoujade (2017), que realiza a análise sobre a sociedade disciplinar e do biopoder, mas também do jeitinho nômade. Acontece que, se por um lado, os Estados imperiais buscam por segmentar e criar uma terra sedentária e, para tanto, se faz valer necessariamente de um aparelho de captura para cercar e controlar povos enquanto modo de vida, por outro o nomadismo faz o oposto. Ele busca apenas desterritorializar e manter o trânsito livre (LAPOUJADE, 2017). Dessa maneira, se a potência da forma-Estado sedentária são os aparelhos de captura como fundamento, conforme discorreremos sobre as gestões sociais disciplinares e biopolíticas, o nomadismo desvia dessa potência por sua não adesão a essa captura que é seu alicerce (LAPOUJADE, 2017).

Com isso, mesmo que não seja a intenção nômade, ela faz morrer tudo que impede seu caráter múltiplo livre-circulatório: o nomadismo é, então, inconciliável com a forma-Estado sedentária (LAPOUJADE, 2017). Ou seja, nosso casal-guia que vive na rua, por mais que em alguns momentos sofre uma fígada que tenta capturá-los e os sedimentar, logo escapam e desterritorializam, pondo água abaixo tudo aquilo que tenta impedir sua livre circulação. Com isso, fico de coração tranquilo que nosso casal-guia tem potência de sobra para sustentar seu modo de vida e seguir em circulação entre os muros do império. Claro, Lapoujade (2017) comenta que, na história, o nomadismo sempre acaba por perder a guerra contra o império – mas, não creio que Agostinho e Bebel serão destruídos por esse aparato. Podem até não derrubar por completo todos os muros do império, mas não deixam de furá-lo.

## 6) REFERÊNCIAS

AMARANTE, P (2007). **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro (RJ): Editora FIOCRUZ, 2013. 119p.

BADUY, R. S.; KULPA, S.; TALLEMBERG, C.; SEIXAS, C. T.; CRUZ, K. T.; JÚNIOR, H. S.; LOPES, C. V. A. “Mas ele não adere!” – o desafio de acolher o outro que é complexo para mim. In: **Avaliação compartilhada em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. MERHY, E. E.; BADUY, R. S.; SEIXAS, C. T.; ALMEIDA, D. E. S.; JÚNIOR, H. S. [org.]. Rio de Janeiro (RJ): Hexis, 2016. 448p.

BRASIL. **Censo Demográfico: 2022**. Brasília (DF): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/londrina.html> Acesso em: 22/10/2023

\_\_\_\_\_. **Nota técnica: estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT\\_103\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_Populacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf) Acesso em: 22/10/2023

\_\_\_\_\_. **Manual sobre o cuidado junto à população em situação de rua**. 2012. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual\\_cuidado\\_populacao\\_ua.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_ua.pdf) Acesso em: 01/11/2021.

BORTOLETTO, M. S. S.; SANTOS, S. M.; ELIAS, G. P.; RUIZ, G. P.; BADUY, R. S. Marcas violentas na cartografia de uma ocupação urbana: Flores do Campo em Londrina (PR). In: **Criminalização ou Acolhimento? Políticas e práticas de cuidado a pessoas que também fazem uso de drogas**. Bruce K. Alexander, Emerson Elias Merhy e Paulo Silveira [org.] Porto Alegre (RS): Rede Unida, 2018. 354p.

CAMARGO, P. O.; OLIVEIRA, M. M.; HERREIRA, L. F.; MARTINS, M. F. D.; LUFT, C. F.; KANTORSKI, L. P. O enfrentamento do estigma vivido por mulheres/mães usuárias de crack. **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v.14, n.4, p.196-202, 2018.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, v.32, 2020.

DELEUZE, G (2009). **Cursos sobre SPINOZA (Vincennes, 1978-1981)**. FRAGOSO, E. A. R.; CASTRO, F. E. B.; JÚNIOR, H. R. C.; AQUINO, J. A. [trad.]. Fortaleza (CE): EdUECE. 2019. 304p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. PELBART, P. P.; CAIFARA, J. [trad.]. São Paulo (SP): Editora 34 Ltda. 1997. 207p.

FANON, F. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo (SP): Ubu, 2020. 400p.

FEUERWEKER, L. C. M.; BERTUSSI, D. C.; MERHY, E. E [org.]. **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde**: Surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro (RJ): Hexis Editora, 2016. 437p.

FOUCAULT, M (1975). **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014. 302p.

GALEANO, E (1978). **Veias abertas da América Latina**. FARACO, S. [trad.]. Porto Alegre (RS): L&M Pocket, 2015. 400 p.

HEATHER, A. P. **Consultório de rua amplia atendimento em Londrina**. Blog Londrina: Londrina (PR), 04 de abril de 2020. Disponível em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=73018> Acesso em: 01/11/2021

LAPOUJADE, D (2015). **Deleuze, os movimentos aberrantes**. SANTOS, L. G. [trad.]. São Paulo (SP): n-1 edições, 2017. 320p.

LONDRINA. **Portal da Secretaria Municipal de Saúde – SMS**. Londrina (PR): SMS. Disponível em: <https://saude.londrina.pr.gov.br/> Acesso em: 22/10/2023

\_\_\_\_\_. **Portal da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**. Londrina (PR): SMAS. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/secretarias/assistencia-social> Acesso em: 22/10/2023

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021**. Londrina (PR): SMAS. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/diretoria-de-gestao-d-o-sistema-municipal-de-assistencia-social/gerencia-de-gestao-de-informacao/21688-plano-municipal-2018-1/file> Acesso em: 22/10/2023

MACHADO, R. W. G. População em situação de rua: uma análise das estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social. **Serviço Social em Debate**, v.2, n.1, p.125-142, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo (SP): n-1 edições, 2018, 80p.

MERHY, E. E.; BADUY, R. S.; SEIXAS, C. T.; ALMEIDA, D. E. S.; JÚNIOR, H. S. [org.]. **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde**: surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro (RJ): Hexis, 2016. 448p.

META (Instituto de Pesquisa de Opinião). **Relatório final**. Pesquisa Censitária e Amostral. População em situação de rua, 2008.

NATALINO, M. C. A. **Criminalização da mendicância e a realidade da população de rua no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13. Anais... Brasília: CBAS, 2010.

NOBRE, M. T.; MORENO, N. S.; AMORIM, A. K. M. A.; SOUZA, E. C. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, v.30, 2018.

NUNES, N. R. A.; SENNA, M. C. M.; CINACCHI, G. B. [Org.]. **População em situação de rua**: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais. Porto Alegre (RS): Editora REDEUNIDA. 2021. 256p.

PALOMBINI, A. L. Problematizações antimanicomiais: poder psiquiátrico e sofrimento colonial. In: **Saúde Mental Coletiva**. FERLA, A. A.; CABRAL, K. V.; BELLOC, M. M.; NICOLLI, M. A. [Org.]. Porto Alegre (RS): Editora REDEUNIDA. 2023. 239p.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo (SP): Iluminuras. 2016. 363p.

RIOS, A. G.; SEIXAS, C. T.; CRUZ, K. T.; JUNIOR, H. S.; MERHY, E. E.; SANTIAGO, S. M. A produção do comum como estratégia de cuidado para usuários complexos: uma cartografia com mulheres em situação de rua. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.26, n.8, p.3077-3086, 2021.

ROLNIK, S (2006). **Cartografia sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre (RS): Sulina, 2016. 248p

ROLNIK, S. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, Daniel, S. [org.]. **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas (SP): Papirus. 1997.

SKROCH, J. B. **Brasil deve se tornar a 9ª maior economia do mundo em 2023**, segundo FMI. São Paulo: Estadão. Reportagem de 17/10/2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/brasil-nona-maior-economia-mundo-pib-fmi-pr-evisao-nprei/> Acesso em: 28/10/2023.

SOUZA, P. F.; MACIEL, S. C.; MEDEIROS, K. T. Paradigma Biomédico X Psicossocial: onde são ancoradas as representações sociais acerca do sofrimento psíquico? **Trends in Psychology**, v.26, n.2, p.883-895, 2018.

TAYLOR, D. [org.] **Michel Foucault**: Conceitos Fundamentais. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis (RJ): Vozes, 2018. 261p.